

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**EVA, MARIA E MARIA MADALENA
AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES
NOS SÉCULOS XII - XIII**

LUANA MARIA MOURA DE OLIVEIRA WINGERT

**TAQUARA
2013**

LUANA MARIA MOURA DE OLIVEIRA WINGERT

**EVA, MARIA E MARIA MADALENA
AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES
NOS SÉCULOS XII - XIII**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura Plena, sob orientação da Prof^a Me. Elaine Smaniotto.

Taquara

2013

AGRADECIMENTO

Sou uma pessoa de fé, não nego. Então, tenho de agradecer primeiro àquele que possibilitou minha vida e que se permitiu compartilhar comigo de sua sabedoria para que este trabalho realiza-se, meu Pai Deus, o meu muito obrigada sempre.

Depois, como não poderia deixar de ser, àquela que acreditou em mim muito mais do que eu mesma sonhei um dia em fazê-lo, que sonhou com a minha vinda mesmo desacreditada por médicos e que lutou sempre para me dar não bens materiais, roupas de marca ou celulares da moda, mas uma boa escola. Que não me deixou desistir e que me levantou em minhas quedas, que secou minhas lágrimas que insistiam em cair, que me deu seu colo sempre, mesmo quando o mundo achava que estava tudo bem. Ela, que exprime de maneira única e incondicional o significado da palavra amor, meu presente de Deus, a quem dedico este trabalho, minhas conquistas até aqui e as futuras, que ela incansavelmente diz que ainda haverá, a quem dedico minha vida, minha amada mãe, Terezinha Maria de Oliveira.

Não poderia ficar de fora de meus agradecimentos àquele que, durante esses sete anos de estudos esteve ao meu lado, e mais precisamente em minha etapa final, este filho chamado Trabalho de Conclusão, que ele é tão pai quanto eu mãe, pois soube acreditar em mim, esperar por mim, compreender minhas ausências nas viradas de noite debruçadas em minhas leituras, meus momentos de incansável estudo, secou minhas lágrimas, levantou-me nas quedas e me mostrou o quanto acredita em mim, que soube dizer a palavra certa nos momentos certos, suportar meus momentos de estresse com uma serenidade inigualável, que, apesar de não precisar, com tudo isso me provou o quanto me ama, eu o amo e admiro-o muito mais por isso. A ele, amor, sempre, meu marido Vitório E. Settin Wingert, o segundo presente que Deus me possibilitou.

Minha sogra Denise Settin, meu cunhado, alguns de meus tios, minha vó Maria e meu saudoso vô Mimo, que esteja com Deus, meus mais sinceros agradecimentos sempre. Minha dinda Eni, que passou-me a paixão em investir em livros.

Em minha caminhada, alguns mestres insistiram em meu potencial, a professora Marlene Petry, as professoras, madrinhas e amigas Simone Grings dos Santos e Mara Regina Garcia Cambruzzi, meu muito obrigada, e aqueles que, já na Faculdade, conduziram-me ao caminho do conhecimento e me auxiliaram no desenvolvimento da escrita, Dóris Magalhaes, Dalva Reinheimer, Jefferson Zuch Dias,

Eduardo Soares, Marlise Meyer, e aqueles que, com suas paixões, souberam despertar em mim um pouco desse amor por algumas coisas em comum: a História das Mulheres e a História do Medievo, Daniel Gevehr e Elaine Smaniotto respectivamente, muito obrigada, pois, com seus exemplos, fizeram-me amar este curso, e se este trabalho é digno de ser chamado de bom, se o leitor apreciar o que leu, é fruto do que fora despertado em mim pelas paixões desses mestres do ensino.

Aos meus amigos, meus irmãos, que compreenderam que estive envolvida na gestação desta obra e não os abandonei por falta de amor, amo-os e agradeço por eles terem percebido que meu amor continuava o mesmo. Mesmo com minha ausência, eles souberam esperar por um rápido encontro em meio ao desenvolvimento deste trabalho, amigos que me amam mesmo me conhecendo.

E aqueles que entraram em minha vida na reta final, que se mostraram verdadeiros, que respeitaram meus momentos, minhas ausências, meu estresse e se alegraram com minhas mínimas conquistas.

Eu não seria nada sem essas pessoas. Na realidade, eu não seria ninguém. Em especial, se não fosse minha amada mãe e meu amado marido, este trabalho não se realizaria como aqui está.

Eu devo ter feito algo de muito bom para ter em minha vida tudo isso.

Curiosamente, esta mesma Idade Média, que procurava espelhar visando a uma simetria, foi a que fez aparecer (ou reaparecer?) uma estrutura ternária, como que para dar conta dessa incômoda dicotomia, nem do lado do Bem, nem do lado do Mal, nem totalmente celestial, nem irremediavelmente infernal. É desta forma que à oposição Eva e Maria, na fenda que aí se instala, eleva-se Madalena, personagem intermediária, mais humanizada, catalisadora do bem e do mal, do puro e do impuro, na medida em que se constituiu como um espelhamento de Eva e Maria (BARROS. 2004, p.167).

RESUMO

Os séculos XII e XIII são marcados por uma significativa influência da Igreja Católica, que pretendia controlar moralmente grande parte da sociedade europeia, criando normas e regras, em especial às mulheres e ao seu comportamento nos espaços públicos e privados. Com a finalidade de apresentar um estudo sobre o nascimento de Eva, Maria e Maria Madalena para a Cristandade Medieval, a propagação de seu culto, bem como a representatividade que essas tiveram, a partir da contextualização histórica da Europa Ocidental nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do período conhecido como Idade Média, buscamos compreender a atuação das mulheres na sociedade medieval dos séculos já referidos, XII e XIII, tendo em mente que tudo que temos sobre elas estão baseados nos escritos de mãos e mentes masculinas, a partir do olhar de escritores escolásticos que reproduziam modelos de uma mulher dita ideal ou não e a visão de medievalistas. O que nos leva a escrever sobre o poder que elas exerciam, que desencadeava o medo por meio de suas influências, em seus lares, por exemplo, onde eram muito fortes, mas não apenas neste local, como este trabalho nos apresenta. Por essa visão, são astutas por natureza esse sexo “frágil” com tendência de agir para o mal. É nesse ponto que entra a Igreja, emoldurando maneiras de coagir e reprimir essas mulheres, apresentando caminhos a serem seguidos ou descartados. Assim, encontraremos as reclusas, a valorização da virgindade, as boas moças e esposas, e aquelas que não souberam seguir os preceitos, as hereges, as bruxas. A Igreja vai colocar as mulheres no lugar em que julgava ser seguro a ponto de não intervir no poderio masculino, valendo-se da instituição do matrimônio, de conventos e, mais tarde, da Santa Inquisição.

Palavras-chave: Idade Média. Mulher. Poder. Igreja Católica. Representação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O CONTEXTO DA IDADE MÉDIA	21
2.1 Características notórias da Europa Medieval	21
2.2 A vida no campo.....	26
2.3 A vida na cidade	28
2.4 O poder eclesiástico	34
3 MODELOS FEMININOS: EVA, MARIA E MARIA MADALENA	43
3.1 Eva: causa da danação eterna para a humanidade	44
3.2 Maria, imaculada e inatingível	47
3.3 Maria Madalena: de pecadora à pregadora.....	52
4 EVAS E MARIAS NA SOCIEDADE MEDIEVAL: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES	61
4.1 As mulheres e o poder	62
4.2 As filhas de Maria: as reclusas e as virgens	65
4.3 As filhas de Maria Madalena: boas moças, boas esposas	70
4.4 As filhas de Eva: corpos e mentes fora da “ordem”	74
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentado como requisito para a conclusão do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara expõe como tema a representação das mulheres Eva, Maria e Maria Madalena no medievo europeu. Trabalhando com esses estereótipos em um período em que a Igreja regulava a vida marital, a maternidade e a vida social da mulher, três modelos principais transparecem na historiografia: de um lado “Eva”, pecadora por natureza; de outro, “Maria”, um exemplo conforme os preceitos definidos pela Igreja, mas inatingível; e entre as duas, “Maria Madalena”, que vem exemplificar como uma pecadora pode arrepender-se, converter-se e, assim, encontrar o caminho da salvação. O estudo pretende, a partir desses três modelos criados pela Igreja Católica, reconstruir a imagem das mulheres nos séculos XII e XIII por meio do estudo da historiografia de medievalistas clássicos, como Le Goff, Georges Dubby, Hilário Franco Junior e José Rivair Macedo.

A pesquisa nasceu a partir de um texto sobre as mulheres desse período, temática de uma das disciplinas do Curso de História. As curiosidades e questionamentos recorrentes sobre suas vidas, como eram regradas, moldadas e por quem, seguiu nos pensamentos da autora. Quando colocou esta temática como um possível projeto de pesquisa, o estudo da História das Mulheres da Idade Média e da instituição da Igreja Católica como tal e como interventora na vida dessa sociedade, levou-a a caminhos dos quais já não conseguiria mais voltar.

Por isso, a partir dos três modelos propostos pela Igreja Católica, buscamos compreender como as mulheres dos séculos XII e XIII foram representadas e como o contexto europeu interferiu nessas representações.

A representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pinta-lo” tal como é (CHARTIER, 1991, p. 184).

Para argumentar seus preceitos, os teólogos medievais basearam-se na narração da criação do homem e da mulher, justificando, assim, a repulsa clerical e a inferioridade do feminino, bem como a sua proximidade com as forças demoníacas. A condenação de Eva serviu aos teólogos para argumentar qual deveria ser a condição feminina, para institucionalizarem o casamento e a moral cristã no matrimônio. Dessa

maneira, todas as mulheres eram perigosas, frágeis, astuciosas, inconstantes, infiéis, sensuais para os teólogos e moralistas, o que justifica os padrões de conduta definidos e orientados pela Igreja, assim, tudo que envolvesse o corpo era tratado com extrema desconfiança.

Deveria haver uma luz a ser seguida e, assim, em oposição a Eva, vem a Virgem que, por sua passividade, exalta-se no momento de se tornar instrumento de redenção, mas ela se mostra muito difícil de ser alcançada. Diante disso, Maria Madalena aparece para permitir a salvação a todos que se arrependessem de seus pecados.

Essas modelos tiveram grande atuação no imaginário¹ social do período. Por meio delas, a Igreja pôde exemplificar a seus fieis seus propósitos e preceitos, controlando e regulando, assim, seus seguidores, nesse específico às mulheres.

Nessa visão masculina, o lugar da mulher era em casa, cuidando das coisas do lar. Em contrapartida, nesse espaço privado, elas exerciam a administração da casa, da família e, por vezes, influenciavam nas decisões do marido tomadas sobre o travesseiro.

Uma questão relevante para nosso trabalho é a instituição do casamento. A Igreja, reguladora da vida em sociedade, não agiria de maneira diferente quanto a essa questão. Se por muito tempo a mulher era como escambo em negociações entre famílias, a Igreja foi fundamental, instituindo o casamento como sacramento e a ele também colocando doutrinas. Uma vez casada, a mulher é dependente econômica e sexualmente de seu marido, dona de casa, completa sua feminilidade com os filhos.

No século XIII estavam reunidas todas as condições para o exercício do poder papal sobre a comunidade cristã. Em relação aos clérigos, o papado legisla e julga, tributa, cria ou fiscaliza universidades, institui dioceses, nomeia para todas as funções, reconhece novas ordens religiosas. Em relação aos leigos, julga em vários assuntos, cobra o dízimo, determina a vida sexual (casamento, abstinências), regulamenta a vida profissional (trabalhos lícitos e ilícitos), estabelece o comportamento social (roupas, palavras, atitudes) estipula os valores culturais (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 77).

Analisar as representações dessas mulheres mostra-se importante pela atuação que elas tiveram na sociedade Medieval. A Igreja procurou conter e regradar

¹“Conjunto de imagens verbais e visuais, que uma sociedade ou um segmento social constrói com o material cultural disponível para expressar sua psicologia coletiva. Logo, todo o imaginário é histórico, coletivo, plural, simbólico e catártico” (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 183).

as ações femininas. Buscamos reconhecer a atuação dessas mulheres, a partir dos modelos que sobressaem, para, assim, identificar como elas, no período em questão, foram apresentadas e representadas. Nesse sentido, Sandra J. Pesavento (2007, p.1) enfatiza que “os historiadores acessam o que se passou através dessas representações construídas pelos homens de outro tempo, erguidas em marcas de historicidade ou rastros”.

O aporte teórico que orienta esta pesquisa está na História Cultural e será assegurada pelas ideias e pensamentos de historiadoras como Sandra Jatahy Pesavento (2007, p.16), que nos traz que:

A presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão. Pode-se mesmo aventar que a História tenha sido uma das últimas ciências humanas a enfrentar essa revisão de pressupostos explicativos da realidade.

E, também, temos como suporte teórico os estudos de Rachel Soihet (1997, p 295):

A escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores. Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. Daí a maior ênfase na realização de análise visando a captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhes são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina. Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Destinadas à esfera privada, as mulheres por longo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes. Fala-se das mulheres, sobretudo, quando perturbam a ordem pública [...].

Podemos apresentar como hipóteses para a resolução de nosso trabalho que a Igreja Católica valeu-se de Eva para tornar todos herdeiros do pecado original. Por ela, todas as mulheres eram sensíveis ao pecado e, por isso, perigosas. Nesse ponto, Maria, Mãe de Jesus, a virgem, vem para não só livrar-nos da maldição do pecado, mas para regravar a castidade antes do matrimônio. Contudo, por ser algo inatingível às

mulheres comuns, um Purgatório² é criado por meio de Maria Madalena, que surge para alcançar o céu aos pecadores arrependidos.

Como vimos até aqui, analisar as representações das mulheres “Eva”, “Maria” e “Maria Madalena” durante os séculos XII e XIII, bem como estabelecer sua relação com o contexto histórico nas quais foram criadas é o que move este trabalho. Para tanto, buscaremos contextualizar historicamente a Idade Média Central e a Baixa Idade Média³, para identificar os pressupostos da Igreja em relação às mulheres. Verificando suas representações durante os séculos XII e XIII, segundo a historiografia vigente, para, assim, analisar Madalena, Eva e Maria como modelos apresentados pela Igreja. Comparando a representação das três, buscamos, então, identificar como elas serviram de modelo às mulheres desse período.

O trabalho “Eva, Maria e Maria Madalena: as representações de mulheres nos séculos XII e XIII” está dividido em quatro capítulos. No primeiro, a introdução que agora se apresenta. No segundo capítulo, contextualizaremos historicamente a Europa Ocidental nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do período conhecido como Idade Média. Para tal, propomos um rápido olhar sobre essa para, então, inserir sobre os aspectos já explanados, os séculos XII e XIII, que foram marcados por um significativo controle da Igreja Católica com a pretensão de controlar moralmente grande parte da sociedade, normatizando-a, voltando-se em especial às mulheres e ao seu comportamento nos espaços públicos e privados.

No terceiro capítulo, apresentaremos o nascimento de Eva, Maria e Maria Madalena para a Cristandade Medieval, a propagação de seu culto e a representatividade que essas tiveram para a sociedade.

No último capítulo trataremos, por meio de mãos e mentes masculinas e a partir dos medievalistas clássicos, a representação das mulheres desse período. A partir das “modelos” abordadas no capítulo anterior, trabalharemos com a atuação das mulheres na sociedade medieval dos séculos XII e XIII, tal abordagem basear-se-á na representação construída por meio dos estereótipos de Maria, Eva e Maria Madalena.

² Segundo Le Goff (2004, 74 -76), o Purgatório nasceu com a Reforma Gregoriana. “O Cristianismo tinha herdado da maioria das religiões antigas um duplo Além, de recompensa e de castigo. O Paraíso e o Inferno. [...] Quando durante o desenvolvimento do Ocidente, do ano Mil ao século XIII, os homens e a Igreja consideraram insuportável a oposição simplista entre Paraíso e Inferno, e quando se reuniram as condições para definir um terceiro lugar do Além onde os mortos podiam ser purgados de seu saldo de pecados, uma palavra apareceu, *purgatorium*, para designar esse local enfim identificado: O Purgatório”.

³ Idade Média Central correspondente ao início do século XI até fins do século XIII e Baixa Idade Média, com início do século XIV e finalizando em meados do século XVI (FRANCO JUNIOR, 2001).

Esse capítulo terá subdivisões. Na primeira delas, trataremos sobre *As mulheres e o poder*, baseado nas influências que as mulheres, como mães educadoras, automaticamente responsáveis, inconscientemente ou não, pelo futuro dos homens, podiam exercer em casa e o medo do que isso poderia vir a ser para a sociedade. *As filhas de Maria: as reclusas e as virgens* é o segundo subcapítulo, nesse, o foco são as mulheres que buscam ser como Maria, preservando sua virgindade, que passa a ter bastante valor, sendo o mundo casto e puro era como se o céu fosse na terra. O próximo subcapítulo aborda *As filhas de Maria Madalena: boas esposas, boas moças*, nesse, encontramos a instituição do casamento, uma opção a que não conseguia resistir aos desejos da carne, retomando a questão do poder das mulheres. E ainda *As filhas de Eva: corpos e mentes fora da "ordem"*, em que analisaremos as mulheres que usam de seu corpo como trabalho, as prostitutas, e as mulheres que possuem um conhecimento diferente, o conhecimento da natureza, que, afastadas de Deus, são classificadas como bruxas, pois buscam o seu poder e são, assim, servidoras do mal; a todas essas houve a perseguição da Inquisição.

Por último, para concluir a pesquisa, apresentamos as considerações finais proporcionadas com o estudo.

2 O CONTEXTO DA IDADE MÉDIA

Neste capítulo, pretendemos apresentar uma contextualização histórica da Europa Ocidental nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do período conhecido como Idade Média. Para tal, propomos um rápido olhar sobre essa para então inserir sobre os aspectos já explanados os séculos XII e XIII. Séculos esses marcados por uma significativa influência da Igreja Católica, que pretendia controlar moralmente grande parte da sociedade, criando normas e regras, em especial, às mulheres e ao seu comportamento nos espaços públicos e privados. Tais regras e normas eram moldadas de acordo com os propósitos da Igreja.

2.1 Características notórias da Europa Medieval

A maioria dos reinos bárbaros⁴ formados a partir da destruição do Império Romano do Ocidente teve vida curta. Saxões, visigodos, hunos, ostrogodos, burgúndios, vândalos e outros povos não resistiram às pressões externas e acabaram dominados ou destruídos. Os francos conseguiram estruturar-se e fincar raízes na Gália. Depois, expandiram seus domínios sobre territórios que hoje correspondem à França, Alemanha, Bélgica, Itália e outros países da Europa. A partir do século V, o povo franco fixava as bases do reino que teria um grande poder sobre a Europa.

Foi com Carlos Magno (742-814) que o Império dos francos chegou ao seu auge. Apoderou-se da Saxônia, Baviera, Lombardia e Itália; governou por meio de Capitulares⁵; dividiu administrativamente os territórios conquistados em condados e

⁴ “A palavra ‘bárbaro’ designava inicialmente o indivíduo incapaz de se expressar com fluidez em grego. [...] Os ‘povos bárbaros’ foram inventados, de certa forma pelos romanos, que lhes atribuíam características de unidade étnica e referências territoriais que não possuíam: Gália de César e a Germânia de Tácito eram fruto da imaginação de seus autores. Foi o contato com os assentamentos militares externos do Império o que, ao atrair povoadores bárbaros e fixá-los em suas proximidades, contribuiu para facilitar sua união e para que se agrupassem em confederações”. (FONTANA, 2005, p. 11 e 20)

⁵ Um conjunto de leis “As Capitulares, compostas de inúmeros decretos, emitidos por Carlos Magno, consideradas as primeiras leis escritas da Idade Média. Sua intenção era unificar a administração do grande Império Carolíngio, respeitando suas tradições”. Disponível em: www.uefs.br/disciplinas/chf115/francos Acesso em 30 de julho de 2013.

marcas; contava com o trabalho dos missi-dominici⁶. Também realizou doações de terras aos nobres numa relação de vassalagem⁷. No Natal de 800, foi coroado Imperador do Sacro Império Romano pelo papa Leão III. A partir disso, ampliava a responsabilidade do Imperador de disseminar e defender a fé Católica Apostólica Romana. No Concílio de Frankfurt (794), comandado pelo Imperador Carolíngio, ficou decidido a veneração da cruz enquanto símbolo religioso e utilização de imagens enquanto instrumento de instrução religiosa.

Carlos Magno preocupou-se em preservar a cultura greco-romana, investiu na construção de escolas, criou um novo sistema monetário e estimulou o desenvolvimento das artes. Na área educacional, o Monge da Inglaterra Alcuíno de York⁸ (735 - 804) foi o responsável pelo desenvolvimento do projeto escolar de Carlos Magno. A manutenção dos conhecimentos clássicos (gregos e romanos) tornou-se o objetivo principal dessa reforma educacional. Esse período ficou conhecido como renascimento carolíngio.

Entretanto, com a morte de Carlos Magno e após as definições e redefinições dos reinos, foram criados reinados independentes, dentre eles a Itália, a futura Alemanha e a França. Ou seja, pelo *Tratado de Verdum*, ocorrido em 843, houve a divisão do Império em três reinos, cada um deles governado por um neto de Carlos Magno. Conseqüentemente, ocorreu o enfraquecimento da autoridade central e um

⁶ Missi-dominici, ou enviados do senhor, eram funcionários encarregados por Carlos Magno de percorrer o Império e informar o soberano sobre a administração dos seus domínios. Cabia também a eles impor aos condes e homens livres o juramento de fidelidade ao imperador.

⁷ Um contrato entre uma pessoa que pede proteção e outra que a dá, procedimento já existente na sociedade romana e na germânica. A partir da época carolíngia, a vassalagem foi estimulada pelo próprio rei, o que aumentou o poder dos senhores. Até então, o polo de atração do vassalo era o castelo, símbolo de proteção e poder. Gradativamente, os senhores, também chamados suseranos, procuravam reunir em torno de si o maior número de vassalos. Com isso, o poder do rei, teoricamente o suserano-mor, diminuiu diante do poder senhorial.

⁸ Prelado, professor e filósofo anglo-saxônico nascido em York, na Nortúmbria, líder da reativação cultural da Idade Medieval na Europa. Estudou na Escola Catedral de York e formou-se na escola episcopal de Jarrow. Posteriormente, lecionou em York durante quinze anos e ali criou uma das melhores bibliotecas da Europa, tendo transformado a Escola em um dos maiores centros do saber. Chamado (782) pelo imperador Carlos Magno para cuidar dos interesses educacionais do Império, tornou-se seu conselheiro para questões de ensino e cultos. Foi o criador das universidades ditas *palatinas*, ou Palácio-escola, em Aix-la-Chapelle, sob encomenda do imperador Carlos Magno. Historicamente é considerado o maior artífice do renascimento carolíngio, por seu espírito organizador e pela criação de suas primeiras obras doutrinárias. Morreu na cidade de Tours, na França, e canonizado, tornou-se o patrono das universidades cristãs. Escreveu livros de textos elementares sobre aritmética, geometria e astronomia. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AlcuinYo.html> Acesso em 30 de julho de 2013.

aumento do poder dos grandes proprietários, que passaram a exercer funções do Estado. Houve uma multiplicação de pequenas células, os microestados.

Dentro desse contexto, nos séculos IX e X, ocorreram significativas invasões de povos estrangeiros: Muçulmanos ou Sarracenos⁹, Magiares ou Húngaros¹⁰ e Nórdicos ou Vikings ou Escandinavos¹¹. Em função dessas, invasões o comércio parou, as moedas deixaram de circular, várias fazendas foram destruídas, o poder fragmentou-se, a vida cultural e o conhecimento foram interrompidos. Os castelos que, até então, eram feitos de madeira, com torres pequenas, cercado por fosso e muralha, a partir do século XI, passaram a ser feitos de pedra, com torres elevadas, fortificados com mais de uma muralha, objetivando proporcionar maior proteção.

A partir do século V, a Europa iniciou um lento processo de grandes transformações que determinaram os traços do sistema feudal¹², cujas características foram: o declínio das atividades comerciais e artesanais urbanas; a hierarquização social por meio dos estamentos¹³; a descentralização do poder político em torno dos senhores feudais; a importância dos trabalhos dos servos, sendo esses responsáveis pela subsistência material da sociedade.

Segundo Hilário Franco Junior (1996, p.9),

⁹ Partindo do Norte da África, Espanha e Sul da Gália, devastaram as regiões costeiras da Europa meridional.

¹⁰ Originários da Ásia ocidental, estabeleceram-se nas planícies do Danúbio e atacaram a Itália, Alemanha e França. A partir de 955, retiraram-se para a região da Hungria atual e adotaram o cristianismo.

¹¹ Atacaram vales dos rios da Europa ocidental. Destruíram portos, vilarejos... Em 911, o rei Carlo (o Simples) cedeu a um dos chefes Wikings, Rollon, o território da Normandia. Em contrapartida, Rollon tornou-se vassalo do rei franco. Em 1066, conquistaram a Inglaterra. Em 1029, instalaram-se no sul da Itália e na Sicília.

¹² O Sistema Feudal ocorreu de forma processual e com características não homogêneas no território europeu. De uma maneira geral, sua formação ocorreu durante os séculos IV ao IX, sua cristalização durante os séculos IX ao XII, e atingiu seu auge durante os séculos XII e XIII.

¹³ Rei, Conde, Duque, Senhor feudal, Vassalos eram os dono da terra; Eclesiásticos eram Papa, bispo, arcebispo, presbítero, abade, padre, diácono, monge; Ministeriais eram os administradores da propriedade feudal em nome do senhor; Cavaleiros eram os nobres sem vassalos; Artesãos os que residiam nas aldeias ou nos domínios senhoriais; Vilões eram homens livres com menos obrigações que os servos, que podiam trocar de senhor e estavam sujeitos à justiça do dono da terra em que residiam; Servos eram descendentes de escravos, colonos pobres, endividados. Camponeses dependentes de um senhor, a posse útil da terra e obrigados a realizar corveia, pagar impostos como capitação, talha, banalidade, taxa de justiça, taxa de casamento, mão morta e prestações. Por último nessa hierarquia, em número menor, os Escravos, seres que estavam a serviço de um senhor, realizavam principalmente serviços domésticos.

O processo de gestação do Feudalismo foi bastante longo, remontando a crise romana do século III, passando pela constituição dos reinos germânicos nos séculos V e VI e pelos problemas do Império Carolíngio no século IX, para finalmente se concluir em fins do século IX e princípios do século X.

Durante a Idade Média Central¹⁴ e a Baixa Idade Média¹⁵, o modo de produção feudal conheceu o seu apogeu, mas também foi nesse período que as contradições inerentes a esse sistema avolumaram-se, determinando a sua superação. Dentre os fatores responsáveis pela desarticulação das estruturas feudais, destacam-se o desenvolvimento da atividade mercantil tanto a nível inter-regional quanto a longa distância, a crescente urbanização, conduzindo a uma gradual especialização da economia, caracterizada pela cisão entre campo e cidade, o surgimento da burguesia¹⁶ como um novo segmento social, que foi definindo-se no rígido contexto da hierarquizada sociedade feudal e a organização de expedições militares cristãs contra muçulmanos no Oriente Médio, pondo fim ao domínio secular dos árabes sobre o Mediterrâneo.

Os senhores feudais procuram regular o consumo e a produção, aumentando as obrigações e, com isso, provocando a saída de muitos servos dos feudos. Grande parte dessa massa populacional começou a se estabelecer em pequenas vilas ou aldeias e antigos centros urbanos, que, com o passar do tempo, foram transformando-se em centros comerciais e futuros mercados. Outros, marginalizados pela situação econômica, viviam do saque, formando grupos de ladrões de estrada. O aumento da população estimulou o desenvolvimento de novas técnicas para a agricultura. Dessa maneira, surgiram novos instrumentos, como o arado de ferro, novos objetos para atrelar os animais e o aperfeiçoamento dos moinhos hidráulicos.

Esses progressos técnicos aparecem e se desenvolvem a partir do século XI. Há uma difusão de instrumentos, de máquinas e de técnicas, antes tidas como raridades e naquele momento permitiram a evolução no Ocidente Medieval.

¹⁴ Início do século XI e fins do século XIII (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 198).

¹⁵ Início do século XIV e meados do século XVI (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 198).

¹⁶ Até o século XII, pelo menos, a palavra “burguês” designava o morador de uma cidade qualquer, que habitava perto das muralhas fortificadas, conhecida como “burgo”. Os primeiros comerciantes estabeleceram pequenos centros de troca nessa área urbana. Com o desenvolvimento das cidades e o enriquecimento dos comerciantes, a palavra tornou-se designativo exclusivo desse grupo, indicando daí em diante os indivíduos dedicados a atividades lucrativas, não executando serviços braçais ou artesanais. Atualmente, o termo “alta burguesia” refere-se aos grandes comerciantes, banqueiros ou industriais, que controlam os meios de produção. Já os termos “média” e “pequena burguesia” dizem respeito aos que atuam em profissões liberais e de modo geral, todos aqueles cujos interesses ou atividades estão ligados às esferas econômicas e às classes dirigentes (MACEDO, 1996. p. 29).

São as estruturas sociais responsáveis pelas limitações técnicas, a grande massa era submetida às exigências das classes dominantes. De outro ponto, o novo era perigoso.

Sem dúvida, não há nenhum outro setor da vida medieval em que um outro traço de mentalidade – o horror da “novidade” – tenha agido com mais força antiprogressista do que no domínio técnico. Neste caso, mais do que em qualquer outro, inovar era uma monstruosidade, um pecado. Colocava em perigo o equilíbrio econômico, social e mental. E, como se verá, ao beneficiar o senhor, as novidades deparavam-se com uma resistência violenta ou passiva das massas (LE GOFF, 2005, p. 194).

Quanto ao maquinário, provém de um estado tecnológico ligado a todas as estruturas da sociedade, o emprego de novas técnicas para o desenvolvimento das catedrais e dos castelos.

A madeira e a pedra são os materiais fundamentais na Idade Média. A partir do século XI, ter uma casa de pedra constitui sinal de riqueza e poder.

Contudo, como vimos, a economia era, no primeiro momento, de subsistência, variando conforme as camadas sociais. À grande massa, bastavam-lhes nesta ordem: alimentação, a vestimenta e a moradia. Sendo essencialmente agrária, a terra fornecia-lhes o necessário para viver. Nas camadas mais altas, outros itens são incluídos para satisfazer-lhes. Alguns por importações e o resto pelo trabalho da massa, coisas necessárias à sua permanência em sua posição social, não menos.

O trabalho, nessa concepção, deveria assegurar o viver, não permitir a ociosidade, conter a sexualidade e, por fim, possibilitar-lhe a prática da caridade.

Quando houve crescimento econômico no Ocidente medieval – como ocorreu do século 11 ao século 13 –, este decorreu de um crescimento demográfico. Tratava-se de fazer frente a um maior número de pessoas que precisava ser alimentado, vestido, alojado. Os principais remédios encontrados para o excedente de população foram os desbravamentos e a ampliação das culturas agrícolas. O aumento dos rendimentos por procedimentos intensivos (afolhamento trienal, esterco, melhoria dos instrumentos) não foi senão um aspecto secundário (LE GOFF, 2005, p. 220-221).

Por não haver contabilidade, estabelecer níveis de finança era muito difícil. Nesse período, quando encontram lucro, fazem-no sem querer, pois pelo feudalismo não se visava lucro.

Para que compreendamos a sociedade medieval, torna-se importante analisá-la por partes. Porém, desde já ressaltamos que é praticamente impossível separar por

completo as suas relações. O primeiro a ser analisado é a vida no campo, depois passaremos à cidade e ainda ao poder eclesiástico, presente tanto no campo quanto na cidade.

2.2 A vida no campo

A sociedade a qual estudamos é resultado do cruzamento de várias outras, constituindo naquele momento uma nova conjuntura. Desse ponto,

[...] o feudalismo foi uma resposta espontânea da sociedade cristã ocidental à crise geral que a abalava naquele momento. [...] A economia feudal foi fundamentalmente agrária, com cada unidade de produção (chamada senhorio) procurando ser autossuficiente, isto é, como herdeiro do latifúndio romano dos últimos tempos, cada senhorio produzia não só suas necessidades de alimentação, mas também de vestuário, armamentos e utensílios. As atividades mercantis encontravam-se bastante reduzidas, recorrendo-se a elas apenas quando as condições locais não permitiam a produção de uma determinada mercadoria (especiarias em toda a Europa, sal nas regiões afastadas do mar, cereais no caso de uma má colheita) (FRANCO JUNIOR, 1999, p.7 – 8).

Com o passar do tempo, a vida no campo provocou grandes transformações na sociedade medieval, quando se deu o aumento da população de toda a Europa. Assim, eram mais pessoas para comer, mais trabalho, uma nova dinâmica. Essa transformação vale-se do aperfeiçoamento das técnicas tanto de cultivo, como dos instrumentos. A utilização de instrumentos de ferro, permitindo sua maior durabilidade, bem como a variedade, permitiu a eficácia do trabalho no campo.

A mão de obra empregada no feudo é o que difere esse novo momento da sociedade: não era mais escrava nem assalariada, mas como se fosse um intermediário, que prestava serviços obrigatórios como na escravidão, mas não é como nela, ou seja, não é considerado um objeto. O perfil das pessoas do campo mudava muito de uma região a outra do continente europeu, as variedades geográficas, de povoamento e de desenvolvimento nas várias zonas do continente. A grande maioria dessa população vivia em aldeias e sua participação nos mercados era modesta, com consumos de primeiras necessidades.

O cristianismo entrou nesse contexto não tão somente para possibilitar a sociabilidade entre os camponeses. Ele entrou nesse contexto para reconhecer o trabalhador desse período como pessoa e não escravo, surgiu, assim, a servidão¹⁷.

A recorrente e constante rotina camponesa era interrompida pelos momentos de socialização, a missa, a taberna, as idas ao moinho ou ainda ao ferreiro. E, além disso, festas da igreja, da colheita e casamentos.

Os cereais constituíam o ingrediente essencial da alimentação, principalmente nas classes mais baixas. Todavia, eles exigiam um cuidado constante em seu cultivo, o que não ocorria em todos os lugares concomitantemente, devido ao sistema de rotação e as técnicas empregadas para o trabalho na terra, bem como os animais nela empregados quando o tinham. Outro fator que tornava uma região diferente da outra era o tipo de solo do qual se dispunha, terrenos acidentados, planos.

Nas feiras e mercados, a participação dos servos era modesta, eram os fornecedores de produtos e, nesse ponto, encontramos a diferença da sua participação com a do seu senhor.

A participação das famílias camponesas no mercado parece ter sido modesta. Mais do que fornecedores de produtos de primeira necessidade, tais como o trigo e vinho, que eram objecto de venda por parte dos senhores, das entidades eclesiásticas e dos maiores proprietários urbanos, os camponeses eram fornecedores, nos mercados da aldeia, ou da cidade, de animais de capoeira e de ovos, de fruta fresca e seca, de queijo e leite, de produtos da floresta e de pequenos trabalhos de artesanato (LE GOFF, 1989, p. 85).

Havia, ainda, o camponês que trabalhava na floresta, no corte de madeira e feito de carvão, ela dependia muito do período climático.

Entretanto, é interessante perceber que, por dependerem tanto do clima para realizarem seu trabalho, nos meses em que o inverno caía, eles não ficavam desocupados. Nesses períodos, voltavam-se a produção de artesanato, confecção de cestos, roupas, bem como suas reparações.

O trabalho não tinha idade, todos eram contribuintes do orçamento familiar. Aos meninos ficava a tarefa com os animais, às meninas, todas as lidas da casa, caso fossem servir na casa do senhor.

¹⁷ Camponeses dependentes, sem liberdade pessoal, vinculados aos lotes de terra em que trabalhavam, mas tendo, por outro lado, sua subsistência garantida por ficar com uma parte de que eles mesmos produziam naquela terra. (FRANCO JUNIOR, 1999. p. 8)

A divisão da terra era feita em três partes: uma ao senhor local, outra às famílias e a última, de florestas e de terrenos baldios que eram do coletivo.

Baseadas mais na força do que em qualquer outra, a relação entre o camponês e o seu senhor ainda tinha um viés político. O senhor era detentor de poderes, ele era o defensor, o dono e o juiz das terras.

Entretanto, ao mesmo nessa relação um era dependente do outro, os interesses entravam em conflito, algo natural. Alguns conflitos acabaram em revoltas, sendo que uma das maiores foi na Inglaterra em 1381, em que a causa foram os impostos, mas outros motivos mostraram-se mais fortes.

Ricardo II, então com apenas catorze anos, teve de conversar com os súditos insubordinados. Ouviu os protestos e as reivindicações: pediam que a servidão acabasse, que os impostos pagos aos senhores fossem fixos e uniformes, que houvesse liberdade na compra e venda de produtos e na escolha do trabalho e do patrão, que todos os presos fossem libertados e houvesse um perdão geral a todos os rebeldes após o término da revolta (MACEDO, 1996, p. 57).

O movimento foi aniquilado, líderes executados, as concessões foram anuladas, mas os nobres temiam e acabaram facilitando a libertação dos camponeses.

Havia uma forte esperança aos camponeses, muitos acreditavam que teriam uma bela vida migrando para a cidade, não percebendo os grandes riscos que correriam, afinal tal mudança implicava em ter de encontrar um lugar para morar, para trabalhar e ainda ter um excedente ou de alimentos ou de dinheiro e, mesmo assim, ainda era difícil, necessitando ainda de uma ajuda de uma boa alma, um amadrinhador.

2.3 A vida na cidade

A história urbana é, antes de tudo, uma história humana, uma história social (Le Goff, 2002, p. 219). No período medieval, temos que ela é o resultado do

imaginário dos habitantes. Para Le Goff (2002), a cidade medieval diferia muito da cidade antiga, uma vez que é muito mais mercantil e artesanal, separada dos campos.

É o fim das invasões que faz a vida florescer, grandes atividades passam a surgir. Nessa nova conjuntura, dois elementos permearam esse novo contexto: o ofício e o comércio. Com o passar do tempo, novas necessidades foram surgindo e, com elas, novas forças produtivas e novos laços.

Entre 1150 e 1300, o número de cidades e o de sua população aumentaram progressivamente. Essa alteração veio a afetar todas as esferas da sociedade feudal, dinamizando-a e, ao mesmo tempo, transformando-a em sua própria estrutura. Pode-se dizer que o renascimento urbano foi o principal responsável pela desestruturação da vida rural, típica do feudalismo (MACEDO, 1999, p.17).

Ao migrar da zona rural para urbana, sem um fundo de reservas ou sem um padrinho, poderia lhe propiciar segurança devido às muralhas da cidade. Ser cidadão¹⁸ poderia lhe dar certa segurança, mas não a garantia do sucesso. Tinha de batalhar por seu espaço, por seu ofício, necessitava fazer muito por si para não padecer em períodos de escassez, a falta de dinheiro podia ruir uma família e até mesmo a moral. A solidariedade neste contexto da cidade é fraca, pois o seu motor é o dinheiro.

Diferente do homem do campo, que tinha às suas mãos o que lhe era necessário, ser da cidade também significava depender do mercado, aguentar a falta de água potável, suportar estar em meio à imundície de lixos acumulados e a falta de rede de esgotos, conseqüentemente, estar à mercê de infecções e doenças.

Muitos espaços nos quais as cidades surgiam eram pertencentes aos senhores feudais e por eles eram administrados, recebendo tributos, mercadorias e até mesmo multas.

As seguidas arbitrariedades dos senhores feudais que inclusive chegavam a assaltar as cidades a que deviam dar proteção, levaram os *burgueses* (*habitantes dos burgos*, ou cidades fortificadas, e voltados para as atividades mercantis artesanais) a lutar contra os senhores feudais (AQUINO, et.al.2008, p. 564).

¹⁸ O cidadão é um homem acostumado com a diversidade e a mudança. Ele vive no meio de vizinhos e de amigos, numa "privacidade alargada". Ele é membro de uma ou diversas confrarias. Ele também está integrado na comunidade urbana pela participação em numerosas festas que ela organiza, e nas quais se manifesta sua personalidade. Ele é um "cidadão cerimonial"; Se não consegue sempre atingir a cortesia, ele se sobressai por sua civilidade e suas boas maneiras (LE GOFF. 2002, p.231).

E assim se fez o *Movimento Comunal*¹⁹, séculos XI ao XIII, período em que as cidades adquiriram suas liberdades²⁰, comprando-as ou a conquistando-as, e ainda algumas receberam de seus senhores, prevendo possíveis vantagens. A burguesia esteve à frente, procurava garantir o feito por meio da Carta de Franquia. Através desses se garantia a autonomia, tendo uma administração própria, forças militares e arrecadação.

Nas cidades, no século XII, a produção artesanal já era produzida pela burguesia, não era livre (AQUINO, 2008, p.565), mas por meio das *Corporações de ofício*. Como o nome bem diz, esses eram grupos de artesãos agrupados conforme o seu ofício, tecelões, tintureiros etc. Dentro desses, havia hierarquia própria, sendo assim, havia o aprendiz, que nada ganhava, morava na casa do mestre e, após a aprendizagem, tornava-se oficial assalariado; para chegar ao mais elevado da categoria – mestre-de-ofício, abrindo sua própria oficina, teria de confeccionar uma obra-prima e ainda pagar certas taxas. O preço e a qualidade do produto eram controlados pelas Corporações, controlando a concorrência com forasteiros e não membros e ainda, dedicavam-se a obras sociais, como o sustento de inválidos, viúvas e órfãos. Com o passar do tempo, esse controle sobre as concorrências tornou-se um impasse para o desenvolvimento econômico. Ser mestre-de-ofício tornou-se mais difícil, passando quase que somente de pai para filho, pois as taxas necessárias para atingir a posição estavam acima das probabilidades dos assalariados.

O século XI viu nascer o que ficou conhecido como *Renascimento do Comércio*²¹, não foi algo que aconteceu uniformemente em toda a Europa, pois as modificações foram graduais, por vezes com recuo. Para tanto, vários fatores contribuíram, dentre eles a segurança obtida com a interrupção das invasões. A produção de excedentes agrícolas e artesanal que podiam ser comercializados (Aquino, 2008, p.568), permitidos pelo surto demográfico e melhorias de técnicas. O que nos mostra que o conjunto de vários fatores, nem sempre próximos, foram unidos,

¹⁹ “Na Idade Média, o nome dado a associações urbanas criadas com a intenção de obter do senhor feudal, leigo ou eclesiástico, a autonomia da cidade. [...] A Comuna, associação burguesa, luta pela autonomia da cidade, obtendo-a pelo combate armado ou através da carta de liberdade, contato escrito e selado, penhor da independência” (AZEVEDO, 1999,p. 112).

²⁰ Os burgos que conquistaram suas liberdades passaram a se denominar Comunas (França), Conselhos (Península Ibérica), Cidades-Livres (no Sacro Império Romano-Germânico) e Repúblicas (Itália) (AQUINO, et.al.2008, p. 564).

²¹ AQUINO, et.all, 2008, p. 567.

resultando em um avanço e levando essa sociedade feudal a entrar no meio capitalista.

As modificações ocorridas na Europa Ocidental muito se valem do trabalho dos mercadores. Tais transformações podem ser determinadas não apenas na economia, mas na estrutura social e cultural. A própria visão de mundo foi alterada e ampliada por esse grupo. O que não se conseguia localmente era trazido por eles de outros lugares. Nesse ponto, é necessário compreendermos como sua atividade era complexa, pois, para comerciar em outros locais, tinha de enfrentar os perigos naturais como tempestade, dificuldades de tráfego terrestre além de sofrerem pilhagens, e prestar outro roubo, o oficial, os impostos a pagar. Tinha de vagar por terras e povos estranhos, a renda final podia até ser elevada, mas o risco era sempre maior.

As Cruzadas²² também foram o motor mercantil, uma vez que as novas técnicas empregadas na agricultura permitiam a elevação da produtividade e, com isso, a produção de excedentes e, assim, a possibilidade de trocar esse excessivo por bens que não se produzia.

E nesse momento a Itália, por sua posição geográfica²³, teve um papel essencial. A falta ou limitação de recursos agrícolas, fez com que a atividade mercantil fosse para ela tão necessária, trazendo bens indispensáveis, com destaque para Veneza e Gênova. Essas duas cidades foram rivais nessa questão. Veneza tinha tamanha importância que um documento garantia desconto alfandegário e, depois, isenção, o que lhe dá interesse nas Cruzadas para defender e ampliar o que já tinha conquistado. Por outro lado, Gênova conquistara a hegemonia mercantil no século XI, derrotando os muçulmanos. Seu interesse nas cruzadas era apenas pelos privilégios comerciais que poderiam adquirir.

“Nem tudo são flores”, e inúmeras dificuldades foram enfrentadas pelas atividades mercantis, como as más condições das estradas, daí a preferência por rotas fluviais. Com o tempo, as rotas terrestres foram intensificando-se. Entre os caminhos, encontravam pontos de comércio temporário (AQUINO, 2008, p.570), as

²² Chamamos de Cruzadas os movimentos bélicos de caráter cristão. Esses movimentos foram convocados pelo Papa Urbano II tiveram como propósito a reconquista de Jerusalém dos muçulmanos para os cristãos, levando esse nome por terem escolhidos como seu símbolo uma cruz em suas roupas. Essas campanhas estenderam-se entre os séculos XI e XIII. Não foram apenas fatores religiosos que motivaram as cruzadas, para a nobreza, viu-se a possibilidade de aumentar sua riqueza, alguns por não serem os primogênitos não herdavam nada, então, esse episódio trazia a possibilidade de terem algo para si.

²³ Sul da Europa (Fronteiras com França, Mônaco, Suíça, Áustria, San Marino, Eslovênia, Vaticano, Mar Adriático, Mar Tirreno e Mar Mediterrâneo).

Feiras. Erguiam-se tendas para mercadorias e mercadores com a duração média de quatro semanas, trazendo consigo não somente as transações mercantis, mas saltimbancos, artistas anônimos, dentre outros. Muitas dessas feiras deram origem a cidades, o comércio que nelas era realizado era mais livre e tinha de seguir um código que agregava diversos preceitos jurídicos.

Os mercados nas cidades negociavam, em especial, produtos agrícolas e de pecuária, mas diferente das feiras, logo elas perderam sua autonomia para normas municipais.

Cedo o mercador tinha de se preocupar com capitais fora de seus próprios negócios. Os problemas de crédito eram grandes e complicados de se resolver frente às ações da Igreja e frente às restrições de cobrança de juros. Houve maneiras de driblar seus problemas, assim, o empréstimo foi importante nesse contexto, e ocorria de várias maneiras. Dentre elas podemos citar a *comenda*, em que o comanditário adianta a um mercador itinerante o valor necessário a uma viagem de negócios; havendo perda, o prestador arca, se ganho, recebe o que investiu mais os ganhos. Havia os que dividiam os lucros, os que permitissem que fosse para mais de uma viagem, que eram mais flexíveis.

Todos os contratos que mencionamos, e outros que fomos forçados a omitir, envolviam crédito; isto tendia a reduzir a necessidade, por parte dos mercadores, de instituições de crédito especializadas. Aquilo a que podemos chamar de operações bancárias desenvolveu-se lentamente a três níveis independentes: os penhoristas, os banqueiros de depósito e os banqueiros mercadores pertenciam a classes sociais diferentes e especializadas em diferentes tipos de crédito, embora pudessem envolver-se nos negócios uns dos outros como atividade marginal, ou mudar de um nível para o outro. [...] Os bancos constituíam um ramo de atividade muito mais honrado, embora, na estrita definição da Igreja, também fossem classificados de “usura”. Era um ramo praticamente espontâneo de câmbio monetário (LOPEZ, Robert S. 1986, p. 88-89).

A usura²⁴ é a cobrança de impostos a juros exagerados, mas no medievo considerava-se usura qualquer cobrança de juros, sem trabalhar para esse receber, valendo-se do suor do outro, o que era condenado pela Igreja. O empréstimo de dinheiro a juros angariavam desprezo. Mercadores valiam-se desse sistema, ricos valiam-se desse negócio para aumentarem sua renda, ao invés de investir em viagens

²⁴ [...] a usura em si, denominador comum de um conjunto de práticas financeiras proibidas. A usura é uma arrecadação de juros por um prestador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos (LE GOFF, 2004, p.18).

longas e distantes, afinal o risco era menor. E essa forma de negócio tornou-se tão necessária quanto o comércio.

A usura é o excedente ilícito, o excesso ilegítimo. [...] A usura é em primeiro lugar o *roubo*. Essa identificação proposta por Santo Anselmo (1033-1109) em suas *Homilias e Exortações* e retomada no século XII por Hugo de Saint-Victor, Pedro, o Comedor, e Pedro Lombardo, acaba por substituir a noção tradicional da usura definida como “lucro vergonhoso” (*turpe lucrum*). O roubo usuário é um pecado contra a *justiça*. Tomás de Aquino diz: “É pecado receber dinheiro como recompensa pelo dinheiro emprestado, receber uma usura?”. Resposta: “Receber uma usura pelo dinheiro emprestado é em si *injusto*: pois se vende o que não existe, instaurando com isso manifestamente uma *desigualdade* contrária à justiça (LE GOFF, 2004, p.27).

A prática da usura foi condenada pela Igreja em 1179, mesmo assim, havia cristãos usurários. Pregações ameaçadoras foram destinadas a esses, não se pode salvar quem não distribuir tudo que lhe fora acumulado por exploração. A Inquisição foi autorizada a perseguir cristãos que praticassem a usura a partir do Concílio de Viena em 1331. O espírito capitalista já permeava com o desenvolvimento da economia e da agricultura, estruturando assim as cidades. Para justificar-se, a Igreja baseava seu argumento de que, para alcançar o céu, necessitava negar os bens materiais e, em especial, a riqueza. Aos que não conseguiam fazê-lo, a Igreja valia-se de punições, com o intuito de levá-los ao arrependimento e à conversão. É claro que a Igreja tinha seus meios de enriquecer, como o dízimo, a preocupação era de haver outra classe que pudesse emergir, como a burguesia, que com as cruzadas ficaram mais visados.

Jamais se ousaria falar no fenômeno que viria a ser a cidade antes do ano 1000, mas a sociedade, aos poucos, foi transformando-se. No setor religioso, conseguimos identificar mais facilmente tais mudanças, a cidade formou-se envolta de um santuário, pode ser um mosteiro, algumas podem surgir de um plano político, como as cidades-fortalezas²⁵.

Nas cidades, também ocorreu a marginalização, seja por gêneros, hereges, bandidos, podendo ou não ser exilados em locais mais afastados, que acabavam tornando-se mal afamados.

²⁵ A partir do século III, elas passaram a ser fortificadas com muros, fossos ou paliçadas feitas de madeira. Acabaram fechando-se, como alternativa de defesa militar. No século IX, o rei franco da dinastia dos carolíngios, Carlos o Calvo (823-877), ordenou que todas as cidades tivessem muralhas. Aquelas cujas fortificações mostrassem-se insuficientes para protegê-las deveriam ter praças-fortes nas extremidades. Muros também levantados em torno dos castelos, dos mosteiros e até nas pontes sobre os rios (MACEDO, 1999, p. 15).

Foi a universidade o grande orgulho da Idade Média, inteiramente ligada ao progresso urbano. As universidades surgiram por volta do ano 1200, herdeiras de um passado de ensino que não era o seu. Foi nessa época que a Igreja monopolizou quase que todo o ensino, a medida que as escolas laicas foram desaparecendo, concílios tornavam obrigatório a organização de uma escola e, ainda, esse controle da Igreja acabava por definir quais seriam os métodos e programas.

Mas as coisas só começaram a mudar por volta de 1100. O que comumente denominamos a Renascença do século XII foi, antes de tudo, uma “revolução escolar”. Em um contexto global favorável (surto econômico, crescimento urbano, renovação do comércio e da circulação, reforma da Igreja, reestruturação dos poderes laicos, reabertura do espaço mediterrâneo), a rede escolar transformou-se profundamente (LE GOFF, SCHMITT, 2002, p. 574).

As universidades foram vias de ascensão individual, uma vez que os estudos e o material custavam caro, era necessário ter recursos para tanto. Assim, deram status pessoal aos seus membros.

Tanto no espaço citadino como no meio rural, a Igreja Cristã exerceu influências econômicas, políticas, sociais, espirituais, culturais e ideológicas, como veremos a seguir

2.4 O poder eclesiástico

No início do Período Medieval, a Igreja estabeleceu-se enquanto ponto de encontro entre Romanos e Germanos. Herdeira natural do Império Romano, mantenedora da hierarquia e responsável pelas novas adaptações.

Essa adaptação será favorecida pelo papel importante que desempenha o bispo nessa época. Livre da tutela imperial, ele continua a ser muitas vezes, nas cidades cercadas ou conquistadas, a única autoridade política: pela sua cultura, que permanece romana, pela sua influência espiritual e pelo seu realismo, impõe-se aos chefes germânicos que aceitam tratar com ele (RICHE, 1952, p. 113).

Nesse contexto, o papel dos bispos foi muito importante por meio dos concílios para reorganizar eclesiasticamente, aproveitando-se para condenar as práticas pagãs. A Igreja recorreu aos chefes de Estado para que, por meio deles, ocorresse a

conversão dos súditos. Os mosteiros atuaram positivamente nessa questão, acolhendo a quem procurava salvação e atuando na cristianização da região onde se instalava. Tão importante era a atuação que o papa Gregório Magno (590-604) foi um dos que melhor compreendeu seu desempenho. De acordo com Hilário Franco Junior (2001, p. 67), Gregório “ao preservar vários outros elementos da romanidade, consolidava seu papel no seio da massa populacional do Império. Desta maneira, a Igreja pode vir a ser o ponto de encontro entre aqueles povos”.

Nesse momento, não é possível falar de cristandade. Entretanto, a Igreja é o que de mais instituído existia e, mesmo durante as invasões, se derrubados os templos, ela permaneceu, reconstruiu e uniu.

Enfim, como em toda a parte, a conversão dos Bárbaros ao catolicismo contribuiu para a aproximação das populações que aliás não se obteve facilmente. [...] As invasões bárbaras permitiram à igreja católica alargar as fronteiras da cristandade e ao bispado de Roma a constituição de um Estado que conservou até 1870 (RICHÉ, 1952, p.130 – 131).

Foi a aliança do papado com os francos que marcou o fim do período de invasões (RICHÉ, 1952, p.131). E, ao contrário do que possamos pensar, esse período para Igreja, apesar de lhe dar custos para reconstrução de templos, fortaleceu-a como instituição e fruto disso podemos perceber o nascimento de uma cristandade medieval.

Com o analisado até agora, percebemos que a história da Idade Média está muito ligada à história da Igreja, tornando-se, muitas vezes, complexo separá-las para conseguir explicar um ponto sem falar dessa instituição. A Igreja é intimamente ligada à vida social, uma vez que os juramentos são ali depositados. Em um alvoroço público, ela tem de se pronunciar, de punir ou absolver, em outras palavras, ela pode unir ou desunir. A pregação era um forte elemento que a Igreja valia-se para formar opiniões. Isso nos mostra que o papel de clérigos era muito importante, ensinavam fé, ciência e história, comunicavam os grandes acontecimentos. Todavia, ao mesmo tempo, muitos desses conhecimentos ficavam retidos, não se podia passar tudo o que se sabia, pois isso era também uma forma de poder.

O mundo das ideias tornou-se quase um monopólio eclesiástico. Os clérigos ocupavam-se do pensamento científico e político, das novas técnicas agrícolas (nas propriedades da Igreja), do governo papal, cujos métodos administrativos serviram de modelo para outras cortes européias e até quanto a tática e estratégia militares (NETO BATISTA, 1996, p. 45).

Na Idade Média, a Igreja representava uma hierarquia organizada. Carlos Magno soube valer-se do que representava essa hierarquia e que ela poderia ser o fator de união do vasto império, assim como aceitou a feudalidade, ou seja, achou mais útil servir-se do que tinha em mãos, do que enfrentá-los. Dessa maneira, Carlos Magno continuou a política de seu pai, Pepino, em relação à Igreja e torna-se seu protetor. O papado adquiria um corpo, o império adquiria uma alma (PERNOUD, 1997, p. 52).

O século X foi marcado pelas fundações de igrejas paroquiais e, com isso, iniciaram-se as intervenções dessa instituição na vida dos aldeãos, a coleta de dízimos foi apenas uma das maneiras de como ocorria essa intervenção.

A autoridade espiritual que mais se destacava era o bispo, que administrava uma diocese e era líder do *clero secular*, que era constituído pelos padres da paróquia. Na teoria, era independente e supremo. Além dele, na catedral, havia o chanceler responsável pela escola das catedrais, o *tesoureiro* pela contabilidade, *arcediago* que presidia as cortes eclesiásticas. Ainda tinham padres, diáconos e subdiáconos.

As Cruzadas levaram ao fim da penumbra feudal, relacionavam-se com outros povos, aculturavam-se e depois disso nenhum dos povos foi o mesmo.

Contudo, o objetivo primeiro das cruzadas não fora alcançado, mas toda a Europa modificou-se com o Mediterrâneo disponível às navegações e ao comércio.

O grande prestígio da Idade Média esteve em conduzir a brutalidade e violência de cavaleiros em defensores dos fracos, uma força útil, disciplinada. A cavalaria tornou-se, assim, a instituição que mais se guardou recordação, era nobre obter um título de guerreiro, era uma ordem, quase que um sacramento. Nesse ponto, as pessoas não nasciam cavaleiras, mas, ao armar-se de cavaleiro, era tornar-se nobre.

Para Hilário Franco Junior, as cruzadas nasceram da união de três elementos: a religiosidade, o belicismo e o contratualismo, e com esses nasce seu espírito.

[...] da reunião dos três elementos da mentalidade feudal que acabamos de examinar, é que surgiu o espírito de Cruzada: a) Deus é o Senhor do mundo e dos homens, sendo seus vassallos, devem servi-Lo, recuperando as regiões roubadas pelos infiéis, pagãos e heréticos; b) a Cruzada é uma peregrinação armada, um exército de penitentes, de pecadores buscando indulgência (desde o fim do século XII, as mulheres dos cruzados também ganhavam indulgências permanecendo fiéis); c) a honra cavaleiresca que se busca numa Cruzada não pode ser obtida de outra forma nem ao longo de toda uma vida; d) o caráter sagrado dos locais disputados reforça a obrigação dos homens para com seu Senhor e torna-os "soldados de Cristo"; e) a caridade fraterna do cristianismo é praticada ao se ajudar os cristãos oprimidos pelos

muçulmanos, na Terra Santa ou na Península Ibérica (FRANCO JUNIOR, 1999, p.26).

Quando da primeira Cruzada, vemos pessoas sacrificando seus bens e interesses e tomando a cruz, todos, de diferentes classes, reuniam-se em um mesmo exército. É a cristandade²⁶.

Procurando amenizar as desigualdades sociais, buscando a paz e por ela zelar, em fins do século X, a Igreja promoveu a Paz de Deus. Os cavaleiros sob juramento deveriam respeitar e ser fiéis à Igreja, a consequência de recaídas ou de uma negativa e uma infidelidade resultariam em excomunhão e/ou outras penalidades de acordo com a determinação clerical. Esse movimento seguiu até 1040, mas não conseguiu levar a paz a todos. A violência que pairava era reflexo das necessidades que precisavam de atenção, o aumento demográfico e a disputa constante entre a Igreja e a aristocracia laica. No início do século XI, com a intenção de manter o espírito de paz, mas ao mesmo tempo de conter a elite laica, a Igreja instalou a Trégua de Deus. Por ela, em certos dias da semana era proibido pegar armas, que eram em quintas, rememorando o Perdão, as sextas, a Paixão, os sábados, a Aleluia e os domingos, a ressurreição. Além do Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes. Interessante é perceber como a Igreja valeu-se e pôde justificar suas ações seguintes:

Como a idéia básica da Paz e da Trégua de Deus era a preservação da ordem religiosa, social e política desejada por Deus, entende-se que a partir de fins do século XI ela tenha derivado para a ideia de Guerra Santa, que procurava impor aquela ordem dentro (Cruzada contra hereges) e fora (Cruzada contra muçulmanos) da Cristandade. Assim estaria garantida a ordem terrena, cujo o ideal é refletir o melhor possível a ordem celeste. Por ter aproximado os dois mundos, o clero considerava-se autorizado a exercer seu domínio sobre este, enquanto se aguarda a chegada do outro (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 75).

A partir do século X, reis e grandes senhores passam a investir em mosteiros como centros de oração, agrícola, além de expansão e reforço político. A morte dos apóstolos esfriou o fervor da multidão, contudo, aqueles que permaneceram firmes na fé, isolaram-se das cidades e dos seus, voltando-se para si e para a Igreja de Deus,

²⁶ Inicialmente sinônimo de cristianismo, passou depois, com o papa João VIII (872-882), a designar o conjunto dos territórios cristãos do Ocidente europeu. O termo tornou-se usual desde fins do século XI. Os medievais falavam indiferentemente em *Christianitas* ou *Respeblica Christianiana*, conceitos civilizacionais que não confundiam com a Europa. Essa tomada de consciência da identidade coletiva ocidental veio a partir dos contatos crescentemente tensos com referenciais externos, o mundo muçulmano desde princípios do século VIII, o mundo bizantino sobretudo desde o século IX (FRANCO JUNIOR, 1999, p.182).

fixaram-se em locais mais isolados. O modo de viver era originário dos tempos de pregação apostólica: tudo que tinham era comum, o que tinham era vendido e o valor dividido entre todos, ninguém era pobre ou rico, todos eram iguais.

É nesse mesmo século que vamos ter a Igreja como dona de grande parte da Europa, mas tinha um vasto território e dificuldades em governá-lo. O poder pela autoridade foi de grande disputa também entre famílias, envolvendo-se junto ao clero, em conspirações e assassinatos. Logo, tanta disputa resultou na quebra de autoridade e as indicações de quem tomaria conta colocou na administração pessoas indicadas que visavam apenas dinheiro e não tinham preparo espiritual, nem se preocupavam com isso.

Também enfraqueceram a autoridade papal os senhores locais, que dominavam as igrejas e mosteiros, nomeando bispos e abades, e recolhendo a renda dos tributos da igreja. Esses bispos e abades, nomeados pelos senhores por motivos políticos, não tinham a dedicação espiritual de manter altos padrões de disciplina entre padres e monges (PERRY, 1999, p.173-174).

Monges dedicados procuravam redespertar o fervor entre os membros do clero, denunciando os mundanos, a falta de compromisso com a castidade e a infidelidade ao propósito beneditino. Muitos mosteiros participaram desse movimento, entre os mais influentes estava Cluny. Foi em meados do século XI que algumas mudanças começaram a aparecer mais claramente, recebendo a influência dos reformadores. O papa Nicolau II acabou com a interferência dos imperadores na escolha do papa em 1059. Desde então, a Igreja teria um corpo de cardeais designados para isso.

Todavia, foi com o papa Gregório VII (1020 – 1085) que a reforma teve seu auge. Para ele, toda a sociedade era governada pela lei de Deus e ele como líder supremo tinha de estabelecer o reino de Deus na terra. A ele cabiam as últimas palavras em relação às questões de fé e de doutrina (PERRY, 1999, p.174), bem como instruir governantes sobre o uso correto de seus poderes, e esses por terem seu trono em nome de Deus deveriam obedecer as instruções. Caso os reis falhassem em seus deveres de cristão, poderiam perder seu trono. Papa Gregório pretendia, por suas reformas, dar atenção à qualidade moral do clero, tirando a Igreja do controle de seculares.

Proibiu os padres que tinham mulheres ou concubinas de celebrarem missas, depôs os que haviam comprado seus cargos, excomungou bispos e abades

que recebiam bens de senhores leigos e expulsou da Igreja os senhores que nomeavam bispos. Gregório insistia em que a nomeação de bispos deveria ser totalmente controlada pela Igreja (PERRY, 1999, p. 174).

Quanto às nomeações, entramos em um conflito: a questão da Investidura, especificamente entre Henrique²⁷ e o papa Gregório, uma vez que os bispos não eram tão somente pertencentes à comunidade espiritual, mas eram donos de propriedades, membros da nobreza, ligados por isso a uma ordem feudal. Com o impasse, o papa ameaçou a autoridade de Henrique.

Henrique foi a procura de aliados, pois havia muito em jogo e não foi difícil encontrar quem o apoiasse, uma vez que, para muitos monarcas germânicos, os bispos eram funcionários do Estado e serviam ao trono (PERRY, 1999, p.175), assim, apoiando Gregório, perderiam sua liberdade. Dessa forma, foi Henrique que exigiu que o papa deixasse o trono de São Pedro. Em reação, o papa excomungou Henrique e o depôs como rei. eclodiu uma guerra civil aproveitando-se para atacar o poder de Henrique, agora frágil, mas ainda vivo, seu exército conseguiu colocar no trono outro papa que renomeou Henrique.

Por essa mesma época, houve uma multiplicação de mosteiros, favorecida também pelo advento do crescimento demográfico somada à questão do aprofundamento espiritual pela reforma gregoriana.

Um dos fenômenos mais notáveis do século XI foi o renascimento do eremitismo. Surgem eremitas por toda a Europa: nas ilhas, nas florestas, nas mais inóspitas regiões. No seu grande livro *A civilização do Ocidente Medieval*, Jacques Le Goff retratou o eremita, solitário, vivendo dos produtos de uma espécie de horta particular, dedicado à oração e apenas relativamente isolado, uma vez que a floresta abrigava também lenhadores, fugitivos, bandidos e apaixonados. Mais ainda, os eremitas costumavam receber visitas de peregrinos e, segundo a literatura medieval, também dos reis (NETO BATISTA, 1996, 56).

²⁷ Imperador germânico nascido em Goslar, Saxônia, Alemanha, cujo reinado foi marcado por constantes conflitos contra a nobreza e o papado, a chamada *querela das investiduras*. Filho de Henrique III, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, herdou o trono, tendo sua mãe, Inês de Poitiers, como regente (1056-1065) até que completasse a maioridade. Assumindo o governo (1065) teve de sufocar diversas insurreições internas e entrou em conflito com o papa Gregório VII, que culminou com a excomunhão do imperador (1076) e sua absolvição no ano seguinte, mediante um pedido pessoal perante o pontífice, no castelo de Canossa, no norte da Itália. De volta à Alemanha, teve de sufocar novos conflitos internos com os nobres e novamente foi excomungado (1080). Em represália reuniu bispos alemães e italianos e nomeou (1080) o arcebispo de Ravena, Clemente III, papa (ou *antipapa*), que por sua vez o sagrou imperador do Sacro Império (1084). Teve que voltar a Itália para lutar contra os sucessores de Gregório VII então sob o comando de Urbano II, legítimo sucessor de Gregório VII. Sem o apoio dos próprios filhos, ficou isolado no norte da Itália, em luta contra seu filho Henrique (1097), aliado aos nobres rebeldes. Derrotado e aprisionado (1105), abdicou em favor de Henrique, que seria coroado como Henrique V e, no ano seguinte, morreria em Liège, Bélgica.

Do fenômeno eremita, vemos o surgimento da Ordem Cister, a mais notável. Nascida em 1098, por Roberto de Molesme, cansado da desobediência de seu mosteiro pela observância da regra beneditina, resolveu partir para um local afastado, isolado. E ali, Citeaux ou Cister, montam um mosteiro, sobrevivem como podem. Em 1109, um religioso deu um grande impulso a Cister, organizando-a efetivamente (NETO BATISTA, 1996, p.58), redigiu a regra da ordem e criou as primeiras afiliadas. Na sua história, o fenômeno mais notável foi a chegada de Bernardo, que veio a se tornar santo mais tarde e foi ali um grande líder.

A Ordem de Cister tinha como princípios o voto de pobreza, a revalorização da Regra de São Pedro. Não podiam viver do trabalho dos camponeses, eles mesmos tinham de trabalhar a terra, recebiam terras ruins e delas prosperavam. Seu sucesso econômico os impediu de continuarem pobres, mas respeitavam seus votos. Fundada alguns anos antes, 910, a Ordem de Cluny era sua principal concorrente, mas ela organizara-se em torno de um abade, era altamente centralizada, o abade, assim, supervisionava a todos.

“A cidade é pagã, há que convertê-la” (LE GOFF, 1994, p.228). No século XIII, vemos emergir as ordens mendicantes. Eles não eram monges, mas irmãos que viviam entre homens e não na solidão. Filho de mercador, Francisco de Assis reagia contrário ao lucro e a avareza, não custou muito começou a sentir em seu peito uma inquietação e um vazio na alma. Logo, tomou consciência de sua vocação, servir a pobreza e a Cristo. Assim, começou a visitar leprosos, penitentes. Para os franciscanos, sua missão era viver conforme o Evangelho, voto de pobreza, e durante toda sua vida esforçou-se para imitar a Cristo. Os estigmas que recebeu mostram que tamanha era sua fé que ia muito além do que qualquer explicação sobre sua vida. Para entrar na ordem, deveria dar tudo que tinha, ficando apenas com um túnica, umas ceroulas e uma corda.

Sua obediência à Igreja exclui qualquer servilismo e não deixa de reivindicar o apelo particular que Deus lhe dirigiu. Como ele diz no *Testamento*, “ninguém me mostrou o que devia fazer, mas foi o próprio Altíssimo que me revelou que eu devia viver segundo o santo Evangelho” (VAUCHEZ, 1994, p. 260).

Podemos dizer que sua ordem esteve à frente de seu tempo, visando o bem comum, a fraternidade universal, incluía, então, todos os animais da terra e, desse modo, eles tinham os mesmos direitos a nós quanto ao descanso.

Domingos de Gusmão era de uma família nobre, destinado logo cedo ao estado clerical e, desde cedo, mostrou-se caridoso. Em 1203, em uma missão diplomática alcançados pelos cátaros e pelos albigenses não foram bem recebidos e criticados pelo bispo por suas vestes, devendo viver de acordo com o que pregava. Domingos nunca esqueceu, logo, renunciou seu título, tornando-se irmão e passou a anunciar a palavra de Deus, baseando-se na imitação dos apóstolos. Sua missão era:

Consagrem-se à salvação das almas assistindo os prelados no seu ensinamento e esforçando-se por suprir as insuficiências do clero paroquial. Foram-lhes atribuídas três igrejas, cuja manutenção era assegurada pela outorga de um sexto dos dízimos da diocese. Esta congregação de pregadores foi aprovada em 1215, pelo bispo de Tolosa, com o qual Domingos se dirigiu ao Concílio de Latrão IV a fim de obter uma confirmação do Papa (VAUCHEZ, 1994, p. 265).

Podemos, então, destacar algumas diferenças entre as duas ordens apresentadas. São Domingos era um cônego regular, seu ministério o levou a conviver com cátaros, percebeu ali quais eram as necessidades que a Igreja de Roma estava clamando, com pregação de forte teologia em um discurso racional, pronunciada por religiosos, ao modelo de pobreza e humildade. Por outro lado, São Francisco de Assis era um leigo, vivia primeiramente como eremita itinerante, em seu ministério pedia esmolas, dormindo nas florestas, para ele a única necessidade de uma vida religiosa era o evangelho. Esses movimentos vieram em resposta a uma Igreja que passava por tantos conflitos em relação ao dinheiro e às posses de terra.

Havia uma novidade das atribuições papais: a canonização dos santos. Desde o início, mártires eram motivo de culto, vistos como exemplos por sua fidelidade a Deus e a sua fé. Isso nascia e se proliferava sem a iniciativa da Igreja. Quando as perseguições cessaram, os que tinham uma vida virtuosa, dedicada aos cristãos também eram assim reconhecidos. Para ser digno de tanto, teria de provar obras de piedade em vida e milagres após a morte.

A interferência da Igreja regulando vida das pessoas, mas dando maus exemplos por seus clérigos, provocava uma grande insatisfação em relação ao papado. Esse se instalou em Avignon, onde os conflitos aumentaram, o sucessor

Gregório XI retornou a Roma definitivamente em 1378, mas não conseguiu acalmar os ânimos, sua morte precoce provocou um conclave que virou um motim.

O novo Papa, Urbano VI, eleito nessas condições, provocou imediatamente muitas hostilidades, e a maioria do conclave anulou a sua eleição e elegeu em seu lugar Clemente VII. Mas Urbano VI se manteve e houve, assim simultaneamente, dois papas, o italiano Urbano VI em Roma e o genovês Clemente VII em Avignon. Cada um deles reunia uma parte da cristandade, que estava dividida entre duas obediências (LE GOFF, 1994, p. 242-243).

A situação agravava-se e os fieis estavam traumatizados com esta situação. Esse fato foi uma grande provação à comunidade cristã, a instituição primeira a se constituir e a unificar povos estava desunida por anos e essa desunião repercutia nas igrejas nacionais, mais distanciadas de Roma.

É sobre a atuação efetiva da Igreja na vida da sociedade que trataremos em nosso próximo capítulo, uma vez que desvencilhar a influência moral da Igreja parece mais complexo. Na questão do casamento, há algo novo, uma vez que só se via nele a utilidade social, agora se buscava a relação com o indivíduo, a união de duas pessoas para um fim terrestre e sobrenatural, o que deveria ser aceito por ambas as partes, que se tornavam, assim, ministros de um sacramento²⁸, sem muitas formalidades, mas em igualdade de deveres. Todavia, é na luta contra as heresias²⁹ que vemos uma das funções que a Igreja mais se destacou, ela era também a segurança de uma ordem social.

²⁸ Nos primeiros séculos medievais a palavra designava qualquer coisa com caráter de mistérios (isto é conhecido por poucos: do grego *mustérion*, “iniciado”). A partir do século XI indicava ritos cristãos destinados à santificação interior dos homens. A lista deles variou até se estabilizar em sete no século XII, fato confirmado definitivamente pelo IV Concílio de Latrão, em 1215: batismo, crisma, eucaristia, confissão, ordem, matrimônio, extrema-unção (FRANCO JUNIOR, 1999 p.186).

²⁹ Literalmente “escolha”, quer dizer interpretações e práticas religiosas contrárias àquelas oficialmente adotadas pela Igreja Católica. Devido ao grande poder e riqueza do segmento eclesiástico naquela época, as heresias medievais funcionaram muitas vezes como uma transferência de aspirações socioeconômicas para o plano espiritual (FRANCO JUNIOR, 2001, p.183).

3 MODELOS FEMININOS: EVA, MARIA E MARIA MADALENA

Neste capítulo, temos a finalidade de apresentar um estudo sobre o nascimento de Eva, Maria e Maria Madalena para a Cristandade³⁰ Medieval, a propagação de seu culto, bem como a representatividade que essas tiveram para a sociedade. Para tanto, propomos os seguintes subcapítulos: *Eva: causa da danação eterna para a humanidade*, *Maria, imaculada e inatingível* e um terceiro, *Maria Madalena, de pecadora à pregadora*.

As obras literárias do período, como as analisadas por Jacques Dalaraun em *Olhares de clérigos* (DALARAUN. 1993, p.29), em que analisa como esses viam e pensavam da e sobre a sociedade, a humanidade e a Igreja, e ainda uma forma de orientação para a salvação e o lugar das mulheres nessa sociedade, uma vez que eram os clérigos que detinham o monopólio da escrita. Tais obras ressaltavam o risco da mulher como inspiradora do desejo, obra do Diabo, destruição do homem e, sendo inspiradora do desejo, era uma agente do mal, causa da danação eterna. Para eles, as mulheres eram todas Eva, ativas no pecado, em sua oposição a Virgem que, por sua passividade, exalta-se no momento de se tornar instrumento de redenção e, como uma compensação às mulheres humanas, Maria Madalena, mostrando que o caminho do arrependimento e da submissão pode levar à salvação.

É no século XII que o culto à Virgem Maria intensificou-se na Europa Ocidental, assentado em quatro pilares: a virgindade, a maternidade divina, a imaculada concepção e a assunção. Desenvolveu-se a ideia de que Maria era a mãe da humanidade, de todos os homens e mulheres que vivem na graça de Deus, Eva era a mãe de todos os que morrem pela natureza, daí a necessidade de manter-se casta até o casamento, se essa fosse a opção escolhida.

A Virgem foi a redenção de Eva, veio ao mundo para o libertar da maldição do pecado. Ela era a mulher símbolo de pureza, grandeza e santidade. Sua popularidade em sermões do século XII faz parte de um sentido moral edificante para a Igreja. Os escritos sobre ela foram feitos, na maioria das vezes, na língua do povo e não em

³⁰ "Inicialmente sinônimo de cristianismo, passou depois, com o papa João VIII (872 – 882), a designar o conjunto dos territórios cristãos do Ocidente europeu. O termo tornou-se usual desde fins do século XI" (FRANCO JUNIOR. 2001, p. 182).

latim, para que, dessa maneira, mais pessoas tivessem acesso e ainda sempre tinham a preocupação de que esses textos tivessem uma moral no final.

Maria Madalena, por sua vez, tem entre os séculos XI e XII como o desenvolvimento a peregrinação a seu culto. Contendo o pecado da carne, por sua prostituição, alcança a salvação com Cristo por acusar seu pecado, confessando-o. Maria Madalena vem para tirar a mancha do pecado de Eva; se Maria abre as portas do Paraíso, é Maria Madalena que as abre a qualquer penitente, desde que admita seu arrependimento.

Essas modelos tiveram grande atuação no imaginário social do período. Por meio delas, a Igreja pôde exemplificar a seus fieis seus propósitos e preceitos, controlando e regulando assim seus seguidores, nesse caso, especificamente às mulheres.

3.1 Eva: causa da danação eterna para a humanidade

No princípio de tudo, encontraremos uma mulher ainda sem nome, associada ao pecado, uma tentação do mal, construída sobre uma aversão ao suposto poder feminino bem como a atuação social das mulheres. Sua origem pode ser encontrada na Bíblia, em Gênesis, sendo criada indiretamente à imagem e semelhança³¹ de Deus, pois foi a partir da costela do homem que ela surgiu, trazendo consigo a inferioridade do gênero feminino. Ainda nesse livro, conseguimos encontrar a sua falha, que cedeu à tentação e comeu o fruto proibido e ainda pior, influenciou com seu *poder* o homem a fazer o mesmo. Esse é o pecado original³², que todos trazemos conosco ao nascer, perdendo-o apenas no batismo. Ela foi a responsável pela expulsão do paraíso e, com

³¹ Para alguns teólogos, Eva não teria sido feita à imagem e semelhança de Deus, mas a partir de Adão; assim sendo, consideraram-na mera projeção da criação divina. Essa distinção e gradação entre o homem – dotado da imagem divina (*imago*) –, e a mulher – detentora apenas da semelhança divina (*similitudo*) –, para eles constituía uma prova da “inferioridade natural” do sexo feminino (MACEDO. 1999).

³² [...] fica claro que a árvore cujo o fruto era proibido ao homem (e à mulher também) era, na verdade a árvore do conhecimento, aí incluído o segredo da reprodução humana, isto é, o sexo. Ao provar daquele fruto, a mulher conheceu antes do homem o sexo e outros segredos divinos e só depois de serem duramente repreendidos por Deus é que, então, a vergonha do sexo e o medo do conhecimento se instalaram (PAIVA. 2002, p.47).

isso, a condenação a ter de trabalhar para sobreviver. Desde então, a mulher tem sido representada como a causadora de muitos males sofridos pela humanidade.

À mulher, ele disse: Multiplicarei as dores de tuas gravidezes na dor darás à luz filhos. Teu desejo te levará ao teu marido e ele te dominará. Ao homem, ele disse: Porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da arvores que eu te proibira de comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida. Ele produzirá para ti espinhos e cardos e comerás a erva dos campos. Com suor do teu rosto comerás teu pão até que retornes ao solo, pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás. O homem chamou sua mulher “Eva”, por ser a mãe de todos os viventes. (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1973, p.36)

Como vemos, agora nossa madona tem um nome, Eva. Cabe a ela as mais pesadas consequências do mal feito. Ela se torna por seu pecado uma versão humanizada do próprio demônio (PAIVA, 2002, p.45). O conhecimento que Eva adquirira ao comer do fruto a tornava perigosa por saber primeiro e mais do que o homem, tornava-a maligna. A Santa Inquisição, durante os séculos XIII a XIX, procurou reprimir um possível conhecimento ou a suspeita desse, que era por si perigoso, uma vez que entendia que a mulher era o instrumento de atuação do demônio.

À Eva a culpa pois, para Santo Ambrósio (397), foi ela a autora da falta para o homem e não o contrário. Do mesmo modo, sendo a serpente o diabo, Eva a tentadora, Tertuliano (223) questiona as mulheres se não sabem que são também Eva e, assim, a sentença de Deus tem ainda o mesmo vigor, pois a mulher é tida como a porta do Diabo. A banalização ao qual por Eva as mulheres ficaram à mercê, compõem o material antifeminismo de teólogos e moralistas, justificando que as mulheres levam os homens à danação. Eva, sendo criada da costela de Adão, estaria muito mais próxima ao que é carnal e, por isso, mais suscetível ao pecado. Adão, por ter vindo do sopro divino, estaria mais próximo de Deus. Por ser por Deus criada na condição de auxiliar, já seria assim inferior (VENTORIM, 2005, p. 195). Elas (mulheres) eram consideradas perigosas, astutas, frágeis por se deixarem levar muito fácil, infiéis por traírem a Deus e ainda sensuais, usando essa sensualidade como uma arma para desviar os homens do bom caminho, conduzindo-os ao pecado.

Na iconografia de inspiração religiosa, a luxúria, isto é o desejo sexual desmedido, costumava ser simbolizada por uma mulher belíssima. Na Igreja de Autun, na França, vê-se num alto – relevo do século XII um condenado sendo levado ao Inferno por imenso demônio, enquanto perto está uma mulher, abraçada por outro demônio, com o corpo enrolado por uma

serpente. Na ilustração de um manuscrito do livro chamado *Le combat des vices et des vertus* (O combate dos vícios e das virtudes), escrito por Ambroise Autpert no século XI, uma mulher com belíssimas roupas aparece sendo coroada pelo Diabo em cima de um pedestal que se assemelha a um monstro de duas cabeças. A mulher, preparando-se para desabotoar o cinto, olha para um homem que tem a roupa levantada e suas partes íntimas expostas. Tais obras procuram esclarecer o risco do apetite sexual para a salvação da alma. O desejo, obra do Diabo, destrói o homem. A mulher, inspiradora do desejo, é por excelência agente do mal, causa do desespero, da morte e da danação eterna. (MACEDO, 1999, p. 68-69).

Nesse sentido, a sexualidade na mulher era algo muito forte e, ao mesmo tempo, perigoso. Siqueira (2003, p.384) nos traz a tese de Tertuliano que, segundo ele, a mulher é ciente de sua sexualidade e é capaz de inspirar outros a sentimentos semelhantes, o desejo sexual era, contudo, uma ameaça, e nisso a mulher era nata que nem o batismo poderia apagar.

Georges Duby (1996), em suas pesquisas nas epístolas de Paulo, acrescenta mais uma culpa à Eva, sendo ela a culpada, mesmo que indiretamente, da morte do Salvador, pois, caso ela não tivesse caído em tentação, Ele não teria necessidade de morrer para salvação dos homens.

Eva é a heroína que então se contava por toda a parte, por palavras e imagens. É uma história que figura na Bíblia, no início do livro do Gênesis. Relata a origem do gênero humano, a fundação da ordem moral, da ordem social e fornece em algumas frases uma explicação global da condição humana. Esta explicação muito simples, indefinidamente retomada, impunha-se a todos os espíritos. Respondia a três perguntas: porque a humanidade é sexuada? Porque é culpada? Porque é infeliz? (DUBY, 1996, p. 49).

No século XII, procuram compreender melhor o texto sobre a conversa entre Deus, Adão e Eva. Já no início do século V, Santo Agostinho (354 – 430) permeou a questão, trazendo que todo o macho, pelo texto da criação, tem uma fêmea como auxiliar, assim o é Eva para Adão e, por isso, é ou deve ser submissa, o que justifica o fato de, para ele, toda a sociedade seguir a uma ordem hierárquica. Acrescenta que a finalidade pela qual Eva é criada é a procriação. A complexidade da separação dos corpos é tamanha pela interpretação de Santo Agostinho que conseguimos encontrar, desde já, a grande diferenciação entre os privilégios ou não entre os sexos.

Se o homem se separa da sua mulher por uma causa qualquer, salvo pela fornicção, mutilado da sua costela deixa de ser completo. Para a mulher, é bem pior: Se ela abandona o seu homem, não contará mais para Deus, pois começa por não ser um corpo completo nem uma carne completa, mas apenas uma parte tirada do homem (DUBY, 1996, p. 56).

Se passarmos a analisar a Patrística³³, encontraremos vários estudos e citações que nos levam a Eva ou Maria, afinal esses padres analisaram a história da Igreja e sobre ela criaram conceitos. Desses estudos, conseguimos o pensamento de Tertuliano, referindo-se a Eva como a porta do diabo, a primórdia da deserção. Tamanha é a repugnância ao feminino que, no século X, Odon de Cluny, ao retomar os Pais da Igreja nos dirá:

A beleza do corpo reside senão na pele. Com efeito, se os homens vissem o que está debaixo da pele, à vista das mulheres dar-lhes-ia náuseas. Então, quando nem mesmo com a ponta dos dedos suportamos tocar um escarro ou um excremento, como podemos desejar abraçar esse saco de excrementos? (DALARUN, 1993, p.29).

A partir do século XI, encontraremos nesse contexto um novo olhar. A literatura médica e científica passou a analisar o corpo feminino e classificá-lo como uma desigualdade “natural”³⁴ entre o homem e a mulher. Os médicos dedicavam-se, contudo, a desvendar esse corpo internamente. Era um olhar de preconceito e desconfiança frente à complexidade de tal corpo. Mas houve quem se interessasse externamente sobre esse.

Ornatus mulierum é um manuscrito que traz que, à Eva, foi concedida toda beleza e juventude, mas ao comer da maçã ela perdeu tudo para o diabo. E com isso, todas as mulheres herdaram o castigo imposto à Eva.

3.2 Maria, imaculada e inatingível

O antifeminismo clerical não era em vão, ele tinha também seus objetivos, a saber: afastar os clérigos das mulheres, institucionalizar o casamento e a moral cristã por meio de outro modelo feminino, a Virgem Maria.

³³ “Padres da Igreja” (Patrística) atuaram do século II ao VII como “Pais” para a Igreja, firmando os conceitos da fé católica, enfrentando heresias e organizando o que se entende hoje como Tradição da Igreja. Organizaram o que se entende hoje como Tradição da Igreja. O período ao qual se refere à Patrística vai dos Apóstolos até Santo Isidoro de Sevilha (560-636) no Ocidente, São João Damasceno (749) no Oriente. Esses homens defenderam e formularam a fé, a liturgia, a catequese, a moral e os dogmas cristãos.

³⁴ (DALARUN, 1993, p. 35).

Nas seitas cristãs primitivas, Maria foi cultuada como as deusas pagãs para quem as sacerdotisas ofereciam “o sacrifício dos pães ou dos doces”. Séculos mais tarde a Igreja, incapaz de extirpar o culto dessas deusas, aceitou Maria no magistério cristão abrindo uma “brecha para que [sua] veneração, como mediadora de todas as graças, pudesse se manifestar” (BARROS, 2001, p.156), mas proibiu que ela fosse objeto de adoração, uma vez que não era divina. A Virgem não deveria ter a mesma força de Deus como representação superior, já que, antes de tudo ela era uma mulher e não fazia parte da santíssima trindade. Mas, para aqueles que a admiravam, isso não importava, pois puderam encontrar em sua figura mediadora amparo, esperança e uma sensibilidade maior que aquela do Pai, muitas vezes autoritário em demasia. Assim, os homens passaram a vê-la como mãe protetora, e as mulheres, a adorá-la como ideal de beleza e conduta. O espaço da Virgem cresceu, ganhando um reconhecimento cada vez maior, porém, sempre dentro das barreiras impostas pela Igreja, pois essa era a sua forma de dar à sociedade medieval o que ela queria e, ao mesmo tempo, de manter a supremacia, pois ainda controlava as atitudes dessa (VENTORIM, 2005, p. 196).

Contudo, não bastava apenas aceitar Maria, ela tinha de ganhar mais credibilidade. É nesse ponto que Eva entra em cena e não o contrário. Eva vem a justificar toda a conduta negativa da sociedade medieval, assim, *denegrada, temida como inimiga, adjetivada pejorativamente e acusada como a responsável pela queda dos homens* (LEMOS, 2009, p.242), a partir de sua imagem, todas as mulheres são vistas da mesma maneira, o título de mãe da humanidade seria transferido a partir de então de Eva para Maria, a nova Eva.

O título de “Mãe da Humanidade” transferiu-se de Eva para Maria, de modo que a primeira foi extremamente negativada, enquanto a segunda, a “Nova Eva”, a redentora dos povos crescia e se fortificava. A imagem de ambas atingiu assim, uma projeção além do real, pois era fruto do imaginário masculino e tais mulheres, “inacessíveis” (BARROS, 2001, p.163), seriam a reprodução feminino, calcado de diversas características concernentes ao pensamento misógino, que enalteciam tanto o lado casto da Virgem, quanto o perverso de Eva (LEMOS, 2009. p.243).

É interessante analisarmos o que a exemplo do que está acima citado, dentre as cantigas de Santa Maria do século XIII, uma que leva o título “*Entre Av’ e Eva*”³⁵, conseguimos perceber a sobreposição da Ave à Eva, uma vez que se Eva nos fez perder o amor de Deus, a Ave nos fez reaver. Consequentemente, o trocadilho entre EVA e AVE faz também menção ao bem e ao mal, os aspectos positivos e negativos, uma constante comparação. Dessa maneira, o próprio nome de Eva já a remetia à infelicidade, e Ave, à vida. A relação entre as duas completa-se se analisarmos da

³⁵Disponível em: http://www.agal-gzorg/modules.php?name=Biblio&rud=mostra_libro&idlivre=120
Acesso em 29 de agosto de 2013 às 14h 20min.

seguinte maneira: Eva não seria vista tão mais perversa se não fosse a Virgem, em sua pureza, do mesmo ponto esta, não teria atingido seu estado de divindade, ou de figura salvadora, se não fosse Eva a condenar a humanidade, tornando-a carente de salvação. Então, vemos duas mães, dois exemplos de mulher quer bom ou mau. As mulheres da humanidade encontram-se, nesse contexto, oscilando entre as duas (LEMOS, 2009, p.243).

A imagem oposta de Eva, a Ave, ou anti Eva, era uma mulher redentora, a Virgem Maria. Quem melhor poderia sintetizar os valores cristãos senão a mãe do Cristo e, por conseguinte, de toda a humanidade?

A projeção de Maria sobre a cristandade foi lenta (MACEDO, 1999, p. 69). Consideremos seu início com o Concílio de Éfeso, em 431, quando se tornou Mãe de Deus no lugar de Mãe de Cristo. Aos poucos, ela foi ganhando mais espaço e, a partir do século XI, já conseguimos encontrar uma certa popularidade quase que como a de seu Filho, assim, lugares ao seu culto e adoração multiplicavam-se.

No século XII, a temos como um novo modelo de mulher, uma mulher pura, grande e santa e, dessa maneira, Santo Anselmo nos traz que, assim como Eva se responsabiliza pelo pecado, a Virgem Maria nos traz a fonte da redenção.

Encontra-se, a partir de então, sermões, poemas que tratam de Maria, e mais: ela como agente de milagres.

A agente de milagre, a Virgem, é descrita como dama por excelência, moça bela, pura, graciosa: “uma donzela, bela de corpo e de rosto, com adoráveis cabelos louros soltos sobre os ombros”. Os sujeitos do milagre são considerados seus servos, e, assim sendo beneficiam-se de sua proteção (MACEDO, 1999, p. 71).

Em uma de suas Encíclicas *Ad diem illum*³⁶, em 1904, por ventura do quinquagésimo aniversário da definição de Imaculada Conceição de Maria, o papa Pio X nos fala sobre essa agente de milagres, definindo-a como mediadora das graças, ela é a reparadora do mundo perdido, tem como fonte de seus atos seu Filho. Maria é o “aqueduto”, ou também o pescoço pelo qual o corpo está unido à cabeça (DENZINGER, 2007, p. 730).

Maria, mulher que, além de pura, era piedosa, materna, contrária ao que se pensava de uma mulher comum, que logo era relacionada à Eva. A ela o

³⁶ DENZINGER, 2007.

conhecimento foi dado por meio da revelação e da anunciação, e não como no caso de Eva, que descobriu o inapropriado. Maria conheceu o que lhe foi permitido, e isso lhe bastou, prontamente atendeu a voz de seu Senhor e permitiu-se instrumento, por isso ela é o modelo de mulher.

[...] Eis que conceberás e darás a luz a um filho, e o chamarás com o nome de Jesus. Ele será grande, será chamado Filho do Altíssimo [...] Maria, porém, disse ao anjo: “Como é que vai ser isso, se eu não conheço homem algum?” O anjo respondeu: O Espírito Santo virá sobre ti, e o poder do Altíssimo vai te cobrir com sua sombra, por isso o Santo que nascer será chamado Filho de Deus (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1973, p.1344).

Nesse trecho, encontramos a única vez que Maria pronuncia-se para supor dúvida ao seu Senhor, uma vez que não conhecia homem algum, como seria possível ter esse Filho? Ela então é convidada a renunciar o prazer, permitindo que aja sobre si o Espírito Santo de Deus. Era essa a função que se esperava de uma mulher, casamento, procriação, com renúncia ao prazer. Mais adiante ela, como que a afirmar seu trato de *vassalagem*, nos diz: “Eu sou a serva Senhor; faça-se em mim segundo a Tua palavra!” (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1973, p.1344).

Os dogmas da Igreja que são a ela conferidos, são quatro: a maternidade divina, a imaculada concepção, a virgindade perpétua e a assunção aos céus. Sobre a sua virgindade, encontramos em 449 d. C.:

(Cap. 2) A carne não diminuiu o que é próprio da divindade, a divindade não aniquilou o que é próprio da carne. O mesmo Cristo, de fato, tanto é sempiterno³⁷ da parte do Pai quanto temporal da parte da Mãe, inviolável na sua força, passível na nossa fraqueza [...] o nascimento do Senhor segundo a carne tenha peculiaridades pelas quais transcende os inícios da condição humana – seja porque só ele foi concebido e nasceu sem concupiscência [por obra do Espírito Santo] da Virgem inviolada, seja porque saiu do ventre da mãe de modo que a fecundidade dá à luz enquanto a virgindade continua intacta –, todavia sua carne não era de natureza diversa da nossa [...] (DENZINGER, 2007, p. 110-111).

À maternidade divina, pela encíclica *Ad celi Reginam* (DENZINGER, 2007, p. 869), Pio XII instaura a festa da Rainha, chamada no evangelho da anunciação, como mãe do Senhor. S. João Damasceno escreveu que ela se tornou senhora de tudo no momento em que se tornara mãe do Criador, ao aceitar o que o anjo veio lhe anunciar.

³⁷ Que não teve princípio nem há de ter fim. Duradouro; perpétuo.

A imaculada concepção de Maria torna-se definitiva em 1854, por iniciativa de Pio IX. Para tanto, ele constituiu uma comissão de teólogos, promulgando:

[...] desde o princípio e antes dos séculos, escolheu e predestinou para seu Filho unigênito uma mãe da qual nascesse, feito carne, na bem-aventurada plenitude dos tempos; e a acompanhou com tão grande amor, de preferência a todas as criaturas, que unicamente nela se comprouve com a mais propensa vontade. Por isso, admiravelmente acumulou, mais que a todos os espíritos angélicos e todos os santos, com a abundância de todos os carismas celestes, haurida do tesouro da divindade. Assim ela sempre absolutamente livre de toda mancha do pecado, toda bela e perfeita, possui uma tal plenitude de inocência e de santidade [...]. E certamente era de todo conveniente que uma mãe tão venerável refulgisse sempre adornada dos esplendores da santidade mais perfeita e, inteiramente imune da mancha da culpa original, alcançasse o mais completo triunfo sobre a antiga serpente. A ela, Deus Pai decidiu dar seu Filho único aos qual, gerado do seu coração, igual a ele <mesmo>, ama como a si mesmo, <e decidiu dar> de modo tal que ele fosse, por natureza, um só e o mesmo Filho comum de Deus Pai e da Virgem; a ela o mesmo Filho a escolheu para fazê-la sua mãe de modo substancial [...] declaramos, proclamamos e definimos: a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio do Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, o Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha da culpa original [...] (DENZINGER, 2007, p.614 – 615).

A Assunção de Maria ao céu deu-se em 1950 pela Constituição apostólica *Munificentissimus Deus*³⁸, que foi proclamada por Pio XII. Para o episcopado do mundo inteiro, que fora consultado para tal instituição, Maria nunca esteve longe de seu Filho em sua vida terrena, esteve com Ele em sua alma. Já no século II, Maria é apresentada como nova Eva, teria de lutar, como já prenunciado em Gênesis, contra o inimigo infernal (DENSINGERT, 2007, p. 865), sua vitória culminaria em sua glorificação. Sendo ela predestinada, imaculada em sua concepção, de maternidade divina, obtendo vitória sobre o pecado, conseguiu a sua coroação em privilégios que a preservaria do sepulcro, sendo, assim, conduzida por seu Filho de corpo e alma ao céu, como Rainha, ocupando a direita de seu amado Filho.

A partir do começo do século XIII, os mendicantes, sobretudo os franciscanos, tomam dianteira. É a virada para a Virgem que a mística medieval levanta voo: piedade filial, piedade de filhos mais do que nunca. Menos crispção sobre a virgindade, talvez: a mulher triunfa como mãe (DALARUM, 1993, p. 54 – 55).

³⁸ DENZINGER, 2007.

Em 1891, o papa Leão XIII na encíclica *Octobri mense*³⁹ trabalha mais sobre os princípios dogmáticos de Maria, o triunfo de mãe é dado à Maria por Deus. Pois a escolheu para ser mãe de seu Filho Unigênito, colocou nela, também, sentimentos verdadeiros de mãe, tendo em si só amor e perdão. Acompanhou seu Filho até a cruz e lá Jesus entregou toda humanidade à sua proteção, e tão logo passou a ser mãe de toda a humanidade.

Os dogmas conferidos à Maria são frutos do cristianismo em construção no período medieval, uma vez que a Igreja percebeu a importância desta mulher para a afirmação de alguns valores em relação à família principalmente. O culto mariano não foi estabelecido nem promovido pela Igreja, mas os pais da Igreja perceberam que era impossível eliminá-lo e que o cristianismo só seria aceito se admitisse identificações com crenças anteriores, sobrevivências de práticas e ritos populares (BARROS, 2006, p.158) que já tinham a crença de uma deusa mãe, escolheram um lugar para Maria, portadora de dogmas que a diferenciava das demais mulheres, e a tornava inatingível por elas. Maria ganhava um lugar de destaque, mas não igual ao Pai e ao Filho, pois a Igreja tinha de reforçar o poderio masculino.

3.3 Maria Madalena: de pecadora à pregadora

Seria fácil, a esse ponto o caminho a ser escolhido a todas as mulheres: Maria. Mas esse ideal era inatingível, ela teve o toque de Deus, foi por Ele escolhida e com Ele permanece virgem, imaculada. Como as pecadoras podem alcançar o céu? Renunciando a vida de pecados pela qual passam, assim, surge Maria Madalena, a pecadora arrependida que encontra a salvação, mostrando que há um caminho, uma esperança.

Já Maria Madalena, como uma figura intermediária, servia para demonstrar às mulheres o quão generoso era Cristo em perdoar e aceitar até mesmo as maiores pecadoras junto a seu rebanho. Desde que arrependidas e comprometidas em não mais pecar e seguir os caminhos e papéis que lhes foram definidos pela Igreja (BUENO, 2009, p. 322).

³⁹ DENZINGER, 2007.

Ao analisar Maria Madalena, nossos olhares voltam para as Sagradas Escrituras e, mais especificamente, aos evangelistas que trazem o relato da vida de Jesus que conhecemos. Nesse ponto, dúvidas nos surgem quanto ao que sempre ouvimos falar dessa Maria Madalena, como quando ela entrou na história de Jesus e qual a sua procedência. Porém, ao ler os quatro evangelhos, as dúvidas permanecem, pois neles, descrições desencontradas não nos respondem com exatidão a vida da pecadora caída. São Mateus⁴⁰ a citará apenas quando da morte de Jesus, que ela o acompanha, prepara seu corpo e que participa da revelação da ressurreição. São Marcos acrescenta ainda a palavra *que ele apareceu primeiro à Maria Madalena*⁴¹, São Lucas vai apresentar outras Marias, primeiro fala de uma mulher pecadora⁴² sem nome que lava os pés de Jesus com suas lágrimas, seca com seus cabelos, beijando-os e unguendo-os. Segue falando que, dentre as mulheres que seguem a Jesus, está Maria Madalena a quem Jesus exorcizou dos sete demônios. Fala sobre as irmãs Marta e Maria⁴³, esta última que dá grande atenção às palavras do Senhor. E por último, traz que Maria Madalena acompanhou Jesus no calvário e tornou-se a mensageira da ressurreição. São João não nos apresenta tantas Marias, fala sobre Marta e Maria como as irmãs de Lázaro⁴⁴, grande amigo de Jesus, e que essa Maria foi a que ungiu os pés de Jesus, também nos traz que Maria Madalena acompanha a morte, mas que apenas ela vai ao sepulcro, recebendo a notícia da ressurreição pelo anjo sozinha, e a ela Jesus aparece⁴⁵.

Tal como o Ocidente a venera, a santa não existe, enquanto indivíduo, nos *Evangelhos*. Distinguem-se aí três personagens femininas, que darão nascimento à Madalena: Maria de Magdala, da qual Cristo expulsa sete demônios, que o segue até o Calvário e que se julga ser a primeira testemunha da sua ressurreição; Maria de Betânia, irmã de Marta e de Lázaro; a pecadora anônima que, em casa de Simão o Fariseu, banha os pés de Cristo com suas lágrimas, enxuga-os com os seus cabelos, cobre-os de beijos, unge-os de perfume. Algumas pontes permitiram ligar uma ou outra destas mulheres. O Oriente absteve-se disso. No Ocidente, Gregório Magno fundiu-as definitivamente numa única: Maria Madalena tinha nascido (DALARUM, 1993, p.47).

⁴⁰ *BÍBLIA DE JERUSALÉM*. 1973, p. 1283.

⁴¹ *BÍBLIA DE JERUSALÉM*. 1973, p.1341.

⁴² Idem 41, p.1353 – 1354.

⁴³ Idem 41, p.1359.

⁴⁴ *BÍBLIA DE JERUSALÉM*. 1973, p. 1399.

⁴⁵ *BÍBLIA DE JERUSALÉM*. 1973, p.1412.

A patrística vai proclamá-la apóstola dos apóstolos, não leva em consideração pecado algum, pois a tem como mensageira da ressurreição. O Concílio Vaticano II não a apresenta nem mais como penitente. Madalena passou a ser lembrada como a testemunha, libertando-a da difamação de seus pecados.

Madalena não era mãe nem esposa, menos ainda viúva, talvez nem virgem, era uma pecadora da carne (BARROS, 2006, p.164). Durante séculos, a Igreja considerou Madalena como símbolo do pecado de sexo e, como pecadora, arrependida, para colocá-la em oposição, sem dúvida, à Maria, a Virgem e Imaculada. Madalena seria o espelho de Eva, primeiro símbolo do pecado, polo contrário e simbólico da Virgem Maria, que seria a nova Eva, mulher sem pecado. No século X, ela é vista como exemplo de perdição do mundo “escrava da luxúria”.

Dessa maneira, tínhamos a imagem de uma mulher que, pecadora pela carne e possuída de demônios, chegou à conversão, transformando-se em uma cristã penitente. Como conhecer Maria Madalena, uma vez que muito fora criado em torno de sua imagem por uma instituição que estava a se organizar hierarquicamente, que era masculina, e que lutava contra o sexo com outra função que não à procriação?

É desta forma que à oposição de Eva e Maria, na fenda que aí se instala, eleva-se Madalena, personagem intermediária, mais humanizada, catalisadora do bem e do mal, do puro e do impuro, na medida em que se constituiu como um espelhamento de Eva e Maria. Madalena, a pecadora, a *meretrix*, a acusadora dos próprios pecados, foi perdoada e, por suas penitências resgatou todas as mulheres, principalmente as casadas, as viúvas, as abandonadas e as prostitutas, todas conspurcadas pelo sexo, assim como permitiu aos homens que, sobre ela, projetassem, como outrora, seus desejos e temores. A antiga prostituta transformou-se em santa e reabilitou as mulheres; mais importante ainda, Madalena foi aquela que reuniu em seu ser os dois polos opostos. (BARROS, 2006, p.167)

Maria Madalena ou de Magdala tal como é seu nome, aparece nas escrituras, sua origem verdadeira é que continua sendo um mistério. Os evangelhos trazem sua descendência de Magdala, uma cidade às margens do lago Tiberíades. Fato que não podemos deixar passar é de que, no ponto máximo do cristianismo, a ressurreição, Jesus escolhe Maria Madalena como primeira testemunha, uma mulher, e que a boa nova deveria ser levada aos discípulos. Como não poderia deixar de ser, no primeiro momento não acreditam nela. Mas ela por ser um símbolo de união entre a vida ativa e a vida contemplativa (FORTES, 2006, p. 166), seria o ideal tanto para franciscanos como para dominicanos.

O título de *Apóstola dos Apóstolos* é usado para designá-la pelos mendicantes, com inspiração nas escrituras, apesar de não se encontrar nessas. Os evangelhos a identificam, como antes já colocamos, como a testemunha primeira da ressurreição, no entanto,

Na *Suma Teológica*, Tomás de Aquino demonstra um argumento contra o testemunho das mulheres sobre a Ressurreição, afirmando que o testemunho é tornado público através da pregação e esta não é função da mulher. Paulo e Ambrósio são as autoridades utilizadas em sua argumentação, assim como é utilizada também a tradição legal romana que legisla contra as mulheres darem testemunho público (FORTES, 2006. p. 166-172).

Nos caminhos de Compostela, no século XII, os turistas recebiam um pequeno livro que indicava santuários e outros pequenos destinados a outros santos. Dentre os mencionados, há uma que nos interessa: Santa Maria Madalena, em Vézelay. Lá, festividades realizam-se em 22 de julho destinados a ela. Nesse século, Madalena está presente para onde se projetam temores e até desejos (DUBY, 1995, p. 32).

Em seus estudos, Duby, importante historiador do medievo, apresenta-nos que Madalena é citada dezoito vezes e, por isso, é a mais visível a ela a cura do espírito maligno ou da enfermidade, acompanhou o seu Senhor até o calvário, cuidou de seu corpo e a ela primeiro a revelação da boa nova. Apresenta outras Marias que se confundem com Madalena, a pecadora, prostituta da cidade, a anônima que banhou os pés de Cristo com suas lágrimas. Há outra que o ungira sobre a cabeça e ainda a Maria irmã de Marta. Às três distintas, o papa Gregório uniu em uma só, no século VI. No Oriente, elas continuam com suas identidades. Madalena surge no interior da igreja quando sobre ao altar a cruz envolvida por um véu, o sudário. No final do século X, monges interpretam a passagem que remonta a quem a mulher que estava no sepulcro procurava, ela mais que prontamente responde que procura o seu Senhor. É nesse momento que Maria Madalena separa-se das outras santas mulheres.

Ela se aproxima sozinha do túmulo aberto, exprime sua dor, cai desfalecida ao cabo de uma longa deploração amorosa, e suas companheiras vem ergue-la: “Querida irmã, há muita aflição em tua alma...”. Nessa metade do século XII, é provável que o espetáculo já tivesse saído do claustro e se tornado público. [...] De um mosteiro de homens, provém igualmente o mais antigo dos textos compostos, por um homem, para ser lido em 22 de julho, dia de celebração da santa, diante dos homens. [...] Por meio desse texto entrevemos a imagem que, nas proximidades do ano 1000, um monge fazia de uma pessoa feminina, cuja figura ele apresentava a outros monges como

ensinamento espiritual. Com efeito, é realmente de uma mulher que se trata. É enquanto mulher – *mulier*, a palavra retorna a todo instante – que Madalena é celebrada. Mas que espécie de mulher? A pecadora? Não. O autor desconhecido do sermão a vê sob aspecto de uma dama, uma mulher que viveu, que conseguiu separar das coisas da terra para se aproximar das do céu (DUBY, 1995, p. 35-36).

Duby analisa que, para o autor de tal sermão, Madalena é sim culpada, uma vez que pecar é o nosso destino. Porque não tratar tão logo de uma prostituta, para o autor, torna-se simples se lembrarmos a quem se destinavam tais sermões, homens que são oferecidos aos mosteiros ainda muito crianças, permaneciam, então, virgens, tal discricção os poupava da obsessão sexual. Sem a veste da luxúria, mas com as da fraqueza e da timidez, ela é passível como modelo aos machos. Por sua perseverança de saber esperar, superando seus temores e dúvidas, ela mereceu ver (DUBY, 1995, p. 37). É um amor incondicional, pleno. E com isso, inicia-se a reabilitação do gênero⁴⁶ feminino.

A morte entrou neste mundo por intermédio de uma mulher, Eva. Certamente uma outra mulher, Maria, mãe de Deus, reabriu as portas do paraíso. Ora, eis que entre essas duas mulheres, a meio caminho, posta-se Madalena, acessível, imitável, pecadora como todas as mulheres. Rica, generosa, benfazeja, Deus quis que sua vitória sobre a morte fosse anunciada por ela. Por causa dela, pela vontade divina, “o opróbrio que pesava sobre o sexo feminino foi levantado” (DUBY, 1995, p. 38).

Ela é imitável e, nesse momento, seus gestos podem ser seguidos para atingir a salvação, agora possível de ser alcançada. Então, as pregações falavam de seus atos, sendo o primeiro deles na casa do fariseu:

Um fariseu convidou-o a comer com ele, Jesus entrou, pois, na casa do fariseu e reclinou-se à mesa. Apareceu então uma mulher da cidade, uma pecadora. Sabendo que ele estava à mesa na casa do fariseu, trouxe um frasco de alabastro com perfume.

E ficando por detrás, aos pés dele, chorava; e com as lágrimas começou a banhar-lhe os pés, a enxuga-los com os cabelos, a cobri-los de beijos e a ungi-los com o perfume (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1973, p. 1353-1354).

⁴⁶ Entendemos gênero como “*um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos*” (SCOTT, 1995, p.86); ou seja, é a maneira culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que manifesta-se nos papéis e status atribuídos a cada sexo.

Ela não fala, apenas ajoelha-se. É a representação de humilhação, de entrega, é como um rito de passagem do contrato de vassalagem. Com tal gesto, Maria Madalena tinha agora uma vida nova, deixava tudo o que era para trás para seguir livremente e, como ela, os homens também deveriam fazê-lo, abandonando-se ao Senhor.

Espalhava-se pouco depois do ano 1000, que os restos mortais de Maria Madalena estariam em Vézelay. E a ela dedicar uma abadia seria um processo complexo, visto que já ali era dedicado a Cristo, à Virgem Maria e a São Pedro. Igualmente, rumores denigrem que não tiveram os cuidados necessários com os restos de Madalena. Contudo, entre 1037 e 1043, um texto traz que eles estão bem resguardados e que numerosas aparições e milagres ocorrem por sua causa, atraindo muitos à região. O pensamento da época estava muito ligado aos restos dos corpos de santos, consideravam que eles eram o que de mais próximo se tinha de ligação com o céu. Os restos mortais de Maria Madalena também faziam parte das relíquias.

Significando literalmente “restos”, indica partes de um corpo santo ou objetos que estivessem em contato com ele. Represente, portanto, a principal espécie de amuleto cristão. Sendo fragmentos materiais do mundo divino, as relíquias protegem seus possuidores, sacralizam o local em que se encontram, atraem conforme sua importância multidões que vão venerá-las (peregrinação). (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 185).

A orientação era de, naquele momento, voltar-se para santos presentes nos evangelhos e ato dos apóstolos, o que pode vir a explicar as relíquias de Madalena. Em 1037, Geoffroy⁴⁷ foi eleito como novo abade, buscou por novas práticas ao mosteiro e torná-lo próspero. Para tanto, necessitaria que esse guardasse consigo relíquias eficazes. Assim, foi redigido uma coletânea de milagres para alcançar a peregrinação. Geoffroy foi o inventor das relíquias (DUBY, 1995, p. 42). Em 1049, consagraram-se à Madalena as igrejas de Verdun e Besançon pelo papa Leão IX, em 1050, Geoffroy buscou a autorização para dedicar Vézelay, a Cristo, à Virgem Maria, aos santos Pedro e Paulo, e também à Maria Madalena. Mais tarde, uma nova bula confirmou que ali Madalena repousava. Em 1108, por fim, no privilégio concedido a esse mosteiro pelo papa Pascoal II, os antigos padroeiros foram esquecidos e figurou apenas a Madalena (DUBY, 1995, p. 43).

⁴⁷ É eleito abade de Vézelay em 1037, inspirado em Cluny deu novos rumos à abadia, procurando torna-la próspera (DUBY, 1995, p. 42).

Para valer esse culto, era necessário um conjunto de lendas que a celebrassem. Então, para explicar o que aconteceu com Maria Madalena desde a anunciação da boa nova até sua morte, dentre essas fábulas “há sua passagem pelo oriente em vida eremítica, triste pela morte de seu Senhor, ela decide nunca mais ver homem algum, os anjos a conduziam na oração durante trinta anos. Um dia foi encontrada por um padre, fora conduzida à missa, onde comungou do corpo e o sangue de Cristo, e após expirou” (DUBY, 1995, p. 44).

A exemplo de Madalena, a comunidade foi convidada a afastar-se de tudo que era carnal, adotando uma atitude contemplativa. Para adentrar em sua basílica, era necessário estar puro, aos príncipes, despir-se de todas as intenções bélicas e, às mulheres, seu acesso era proibido, quer dizer não era porque o lugar em que o culto acontecia tinha uma mulher como padroeira que haveria a promoção da condição feminina na religião.

Mais tarde, em uma homilia, outro Geoffroi, de Vendôme, Madalena passou de “pecadora famosa, depois gloriosa pregadora” (DUBY, 1995, p. 46). Ele referiu-se à mulher exorcizada dos sete demônios, ela se entregou submissa, assim o devem fazer as demais mulheres. Se Eva, no paraíso, era um instrumento do diabo assim como o são todas as mulheres, Madalena para ser diferente e para se tornar a esperança dos pecadores, para se postar junto à porta do céu e não mais do inferno, precisou destruir totalmente, consumida em penitências, a parte feminina de seu ser (DUBY, 1995, p. 47).

A purificação da Igreja dar-se-ia por Madalena, separando os homens que às mulheres eram proibidos, os padres, e os que poderiam ter, mas apenas um e legítimo, assim como o homem só poderia ter uma esposa. Encontramos nessa análise de Duby (1995) o destino dos homens: a ordem, e com isso o celibato, e o matrimônio, e com ele a fidelidade. Isso em meio a uma sociedade que crescia em prostituição. Desse modo, como confiar nesse gênero? Seria alguma delas dignas de entrar em suas casas ou na Igreja? “Era ao mesmo tempo necessário impedir que a mulher causasse algum dano, era necessário enquadrá-la, casando-a” (DUBY, 1995, p. 50).

Os sermões escritos, contudo, não se dirigiam às mulheres, mas aos homens. Desde o final do século XII, muitas mulheres escolhiam viver como Madalena, penitenciando-se. Todavia, a complexidade estava em que, por ela, não seriam santas porque

[...] ela não podia ser um modelo de santidade feminina. O que se repetia então às mulheres é que elas seriam mais ou menos recompensadas por suas obras conforme se enfileirassem, seja entre as virgens, seja entre as viúvas, seja entre as esposas. Nem virgem, nem esposa, nem viúva, Madalena permanecia a própria marginalidade, e a mais inquietante, por todos os pecados que seu ser se deixou cativar durante muito tempo. *Peccatrix, meretrix*. Não, os pregadores falavam da Madalena aos homens para despertá-los de seu torpor, para fazê-los corar de suas fraquezas. Vejam o que pôde fazer uma mulher, sua coragem, sua constância. E vocês? O motivo da exortação jaz, com efeito, numa misoginia fundamental. A Madalena, nessas homilias, é no fundo a antimulher. Entretanto, mais mulher que todas, por seus pecados e atrativos (DUBY, 1995, p. 53).

Para esses homens, foi o Satã que dotou as mulheres de armas atrativas para fazer com que os homens perdessem-se e, assim, Madalena tornar-se-ia uma perigosa evidência dentre eles. Dessa maneira, os sete demônios seriam, assim, os sete pecados capitais⁴⁸, a imagem que tinham das mulheres era que elas possuíam todos, e em especial a luxúria. Uma vez que valorizavam tanto seus corpos e se adornavam, tais enfeites eram capazes de induzir os homens, sobretudo seus cabelos, o que têm de mais precioso:

A cabeleira solta, o perfume espalhado, ambos intimamente associados no imaginário da cavalaria aos prazeres do leito. Evocar essas armadilhas da sensualidade era atizar no espírito dos ouvintes os fantasmas que a leitura da vida eremítica despertava: as doçuras de um corpo de mulher, nu entre as pedras ásperas, a carne adivinhada sob os cabelos em desalinho, a carne mortificada e no entanto resplandecente. Tentadora (DUBY, 1995, p. 54).

Nesse ponto, Perrot (2007) traz-nos que a mulher é, antes de mais nada, uma imagem, pois é feita de aparências. Por isso, em muitas culturas ela deve esconder-se, nem modelar seu corpo com as roupas. Em conversa com Duby, podemos ainda acrescentar por Perrot que os cabelos são o símbolo da feminilidade. Não obstante Eva, Maria e Maria Madalena são portadoras de uma imensa cabeleira. É nesse ponto que o véu entra em ação: ele passa a ser visto como um sinal de submissão das mulheres para com os homens (PERROT, 2007, p. 56). Pode ser visto, ainda, como sinal de dependência, pudor e honra.

Mais ainda, o véu vem a ser a figura do hímen, desse modo, significa ao noivo, agora marido, oblação, oferenda, é o sacrifício da esposa entregar-se ao seu. Não obstante, oferecendo seu cabelo ao seu Senhor Deus, cobre sua cabeça para

⁴⁸ São os sete pecados capitais – a vaidade, ira, inveja, avareza, gula, preguiça e luxúria. Dentre os pecados aquele em que mais se sofre é com a luxúria, a qual é praticada por leigos e também por eclesiásticos (ZIERER. 2002).

simbolizar seu pertencimento a Deus. Assim, com esses significados a Igreja impõe o véu às religiosas e aconselha-os às demais mulheres: devem, ao menos, ter a cabeça coberta (PERROT, 2007, p. 57).

Entre um céu, Maria, um Inferno, Eva, era natural que existisse um lugar de possível salvação, de arrependimento, eis o Purgatório: Maria Madalena, a mulher pecadora que encontrou seu lugar no paraíso, renegando ao seu corpo para tanto. Desse modo, passou a ser ela, Madalena, que abria as portas do céu a qualquer penitente (DALARUN, 1993, p. 50).

No próximo capítulo, pretendemos analisar as representações das mulheres “Eva”, “Maria” e “Maria Madalena” na vida, seja social ou privada de mulheres da Idade Média Central, seguidoras ou não desses três modelos criados pela influência da Igreja Católica. Analisaremos a interação dessas mulheres e seus poderes para com a sociedade e o trabalho, reagindo ou se sujeitando às regras da Igreja, mas nunca deixando de ser mulher, mas nem por isso sexo frágil.

4 EVAS E MARIAS NA SOCIEDADE MEDIEVAL: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Pensar sobre a história das mulheres da Idade Média não é uma tarefa fácil, uma vez que foi registrada por mãos e mentes masculinas. Eram homens que escreviam o que julgavam ser conveniente a respeito delas, e, mais ainda, o monopólio do saber e da escrita pertencia à Igreja, seus escritores reproduziam modelos de uma mulher dita ideal ou não e aquela que, por ser a perfeição distante, descreviam a que se pudesse alcançar. Essas são as “modelos” enfocadas no capítulo anterior: Maria, Eva e Maria Madalena, respectivamente. Neste capítulo, trabalharemos com a atuação das mulheres na sociedade medieval dos séculos XII e XIII, tendo em mente que tudo que temos sobre ela são baseados em fontes masculinas, de próprio das mulheres desse período pouco ou nada se tem. Sobre isso, Abric (1998, p. 27-28) enfatiza que:

[...] toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito. Esta representação reestrutura a realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e de normas. Isto permite definir representação como uma visão funcional do mundo que, por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo de se adaptar e de encontrar um lugar nesta realidade.

Nesse ponto, Chartier (2011, p.27) ainda complementa:

[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram.

Portanto, será por meio da representação dessas mulheres a partir da visão de homens, mais especificamente clérigos e medievalistas, que apresentaremos as damas dos séculos propostos para esta abordagem e, talvez a verdade sobre elas nunca alcançaremos.

4.1 As mulheres e o poder

Falar de poder e mulher poderia parecer-nos insensato quando tratamos da Idade Média. Porém, precisamos esclarecer a que poder estamos nos referindo. Perrot (1988), partilhando das observações de Marcel Bernos, traz-nos o termo poder, cuja finalidade lhe permite mandar e desmandar. Entretanto, quando no plural, *poderes*, sugere influência e é com essa intensão que usaremos o termo – poder, esse que as mulheres desempenharam em seus lares. Como vimos no capítulo anterior a exemplificação dessa colocação, uma vez que Eva influenciou Adão a comer do fruto proibido. E então, o sexo que se chama frágil (PERROT, 1988, p.169) foi capaz de grande força para o mal.

Na sociedade francesa do século XIX, predominam as imagens de um poder conjuntivo, circulando no tecido social, oculto, escondido, secreto mecanismo das coisas. Segundo um viajante inglês dos anos 1830, “embora juridicamente as mulheres ocupem uma posição em muito inferior aos homens, elas constituem na prática o sexo superior. Elas são o poder que se oculta por detrás do trono e, tanto na família como nas relações de negócios, gozam incontestavelmente de uma consideração maior do que as inglesas”⁴⁹.

Esta ideia – da influência feminina – nas ações dos homens é muito difundida e, por isso, esse é o grande trunfo da mulher como mães, pois são educadoras e responsáveis pelo futuro dos homens. Todavia, como era a vida social das mulheres no medievo? Como atuavam? Como exerciam seus poderes?

Pensar na sociedade feudal é pensar em uma sociedade patriarcal, em que o lugar de muitas mulheres era no privado, na casa dos pais, do marido ou ainda dos conventos (NASCIMENTO, 1997, p. 84). Tal pensamento é reforçado pelos teóricos antigos e medievais que condicionavam as mulheres à submissão, teorias misóginas⁵⁰ comuns entre Aristóteles, São Paulo, São Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Sendo assim, o primeiro dever do chefe da casa era o de vigiar como bem nos diz Duby (2009, p.88):

[...] que as mulheres, mais fracas e mais inclinadas ao pecado, devem ser trazidas à rédea. O dever primeiro do chefe da casa era vigiar, corrigir, matar,

⁴⁹ Citado por Théodore Zeldin, *Les Français*, Paris, Laffont, 1983, p. 403 *apud* PERROT, 1988.

⁵⁰ Aversão às mulheres. Por teóricos desta linha há a redução da mulher como ser inferior.

se preciso, sua mulher, suas irmãs, suas filhas, as viúvas e as filhas órfãs de seus irmãos, de seus primos e de seus vassallos. O poder patriarcal sobre a feminilidade via-se reforçado, porque a feminilidade representava perigo.

Duby ainda complementa (2009, p. 290-291):

As mulheres são vigiadas, a opinião pública considera a coisa normal, e alguns moralistas fazem coro. Aos olhos de Paolo da Certaldo, “a mulher é coisa vã e frívola [...]. Se tens mulheres em casa, vigia-as de perto; dá frequentemente uma volta por tua casa e, enquanto te dedicas às tuas ocupações, mantém-nas [essas mulheres] na apreensão do temor”, e mais adiante: “Que a mulher imite a Virgem Maria, que não saía de casa para tagarelar por todo lado, para trazer de olho os belos senhores e dar ouvidos às vaidades. Não, ela permanecia encerrada, fechada, no segredo de uma casa, como se deve”.

A mulher era vigiada por ser a parte vulnerável, sendo que Eva foi a culpada pela perda do Paraíso (NASCIMENTO, 1997, p. 84). Eram os homens da Igreja os responsáveis pela disseminação dessas ideias. Para eles, estava mais do que comprovado que a mulher era perigosa tanto à carne quanto ao espírito. Se em outros tempos e povos a mulher era vista como sinônimo de fertilidade e, por isso, responsável pelo plantio, pois tem o dom de dar a luz à vida, na sociedade medieval, por causa da menstruação:

[...] é bastante emblemático o significado de corrupção moral que adquiriu a menstruação. Acreditava-se que o sangue menstrual impedia a germinação das plantas, matava a vegetação, oxidava o ferro e transmitia raiva aos cachorros (NASCIMENTO, 1997, p. 86).

Ainda sobre essa questão, Barros (2006, p.337) nos diz:

Em todas as épocas, as mulheres se destacaram pelo conhecimento das propriedades curativas, venenosas, afrodisíacas ou alucinógenas das plantas. O contato com a natureza, com a terra e com o que ela produzia foi exercido pela mulher e se a charrua passou a agricultura para as mãos masculinas, isso jamais impediu que a mulher plantasse ou colhesse para a sobrevivência ou em prol da saúde.

E nesse sentido, justifica-se a negação às mulheres participarem ativamente das missas e até mesmo em tocar os adereços sagrados, bem como, talvez principalmente, a exclusão delas exercerem o sacerdócio. Há uma grande preocupação em justificar a negativa em relação às mulheres, ao mesmo tempo era necessário mantê-las ocupadas, afinal de contas, a ociosidade era perigosa para

seres que eram fracos, assim, o ideal era uma divisão equilibrada entre trabalho e oração. É importante entendermos a esse ponto que a condição feminina e o seu lugar na sociedade preocupava muito mais os teóricos e eclesiásticos, moralistas, do que às próprias mulheres, pois, para eles, essas juntas, como se costumava ou em quartos, proliferavam o perigo, perpetuando-o às gerações seguintes.

[...] as mulheres passam por trocar os segredos de um saber no qual os homens não tem nenhuma participação e que é transmitido às mais jovens por essas “velhinhas”. [...] O poder masculino se sentia impotente diante dos sortilégios, dos filtros que debilitam ou então que curam, acendem o desejo e extinguem-no. Detinha-se à porta do quarto onde os filhos eram concebidos, postos no mundo, os doentes cuidados, os defuntos lavados, onde, sob o império da mulher, no mais privado, estendia-se o domínio tenebroso do prazer sexual, da reprodução e da morte (DUBY, 2009, p.89-90).

Nascimento (1997) permite-nos um olhar diferente do que viemos a analisar até o momento em parte dos arquivos dos mosteiros cistercienses femininos de León, em que se pode analisar o relacionamento das religiosas com a sociedade, como agentes de transformação.

A maior parte dos mosteiros femininos fundados entre os séculos XII e XIII, em Castela e Leão, tinham como um dos objetivos principais a preservação do patrimônio da família e a reprodução de linhagens nobres, de maneira a condução para reclusão às mulheres que não estavam destinadas ao casamento. Obviamente, nem todas eram vocacionadas, iam por coação familiar, mas encontramos fundações feitas mulheres viúvas por livre vontade. Em sua pesquisa, Nascimento pôde constatar que o mosteiro, para essas últimas, era de certa forma um projeto feminino⁵¹, para acolhida

⁵¹ A Idade Média cristã colocou a diferença dos séculos no centro de sua reflexão antropológica e tomou a categoria do feminino como instrumento conceitual, poderíamos dizer, válido para tudo. Desde a Antiguidade Tardia e os primeiros Pais da Igreja, o desequilíbrio entre os sexos e uma tendência a favor do masculino assim como a constituição do feminino em conceito abstrato, marcaram o pensamento ocidental; nós o herdamos. Nos séculos IV e V, Ambrósio, Jerônimo, João Crisóstomo e em particular Agostinho, elaboraram um conjunto de comentários e interpretações dos textos bíblicos que os teólogos e filósofos posteriores vão considerar fundamentais e retomar indefinidamente quando eles se confrontarem com o problema da dualidade sexuada, ordenada e instituída por Deus no sexto dia da Criação. Assim, os argumentos da tradição patrística serão repetidos ao longo dos séculos, e limitar-se-á apenas a remodela-los quando novos caminhos se abrirem à reflexão e for necessário integrar os avanços de outros setores do conhecimento. Por exemplo, o culto mariano ou o pensamento aristotélico incitarão a considerar a excepcionalidade de Maria ou a física e a medicina antigas para rever, sob a luz destes “novo fatos”, a natureza sexuada da espécie humana e o lugar da mulher na economia da salvação. De fato, a antropologia cristã orientada inteiramente para a compreensão do plano da salvação seguido por Deus associa de maneira estreita estes dois aspectos. Na Idade Média não se concebe a ordem sem hierarquia. A construção do masculino/feminino respeita esta noção e se esforça em articular entre eles os dois princípios da polaridade e da superposição hierarquizada, quer dizer, uma classificação binária e horizontal, fundamentada na oposição, e uma interdependência vertical entre categorias. Desta difícil combinação resulta uma imagem negativa e inferior do feminino na sua

de mulheres bem longe da interferência masculina. Ali, elas exerceriam o papel ativo na sociedade feudal, podendo gozar, no século XII, de uma liberdade jamais tida por outra ordem religiosa (NASCIMENTO, 1997, p. 87).

4.2 As filhas de Maria: as reclusas e as virgens

As esposas dos reis merovíngios, lombardos e anglo-saxões, quando se tornavam viúvas, buscavam instituições religiosas (ZUBER, 1993, p. 248). O mundo das mulheres era repleto de temores: o da gravidez, o da crueldade do marido, levando-as a evitar o casamento e o recasamento.

A história monástica foi escrita em grande parte por eclesiásticos que pouco escreviam sobre as mulheres. Não apenas às reclusas dedicavam-se à virgindade, o estilo de vida das mulheres fora o matrimônio era diverso e não havia o interesse de se registrar sobre essas.

Paulette L’Hermite – Leclercq (1993) analisa um texto escrito por volta de 1100, o *Espelho das Virgens*. Ele gira em torno da organização da comunidade de freiras e sua vida espiritual. Por ali, coloca-se que muitas meninas são postas em mosteiros muito jovens por seus pais e contra sua vontade. Seria, com certeza, melhor estarem de bom grado, a elas fica claro que antes serem colocadas no convento para serem salvas, mesmo que contra sua vontade, do que condenar-se. Elas precisavam desapegar-se do mundo para o ideal, a vida de clausura, abandonar o orgulho da origem nobre e da riqueza, respeitar as mais antigas Senhoras para serem irmãs, uma vez que ali a qualidade que importava era o espírito. Sendo assim, sobre a vida religiosa, Leclercq (1993, 317) assinala que:

Em razão de seu sexo, as mulheres são mais frágeis que os homens. O seu principal cuidado deve ser o da conservação da virgindade: a queda da virgem romperia o seu casamento com Cristo, constituiria um sinal de desrespeito gravíssimo. Corrompida para sempre ela seria uma vergonha para toda a Igreja. Contudo, a integridade do corpo não é suficiente. Há que garantir a

relação com o masculino. Mas esta imagem também é ambivalente, já que a ideia de complementaridade dentro de uma globalidade resta subjacente às classificações por categorias e por oposição. A exegese das Escrituras propôs várias versões dessas construções teóricas. In (LE GOFF & SCHMITT, 2002, p.138-139)

pureza de coração. A vida virginal não resulta de uma decisão única, ganha-se sem cessar, exige uma aspiração e um esforço permanentes. Se se entra no mosteiro com vocação, é para nele escutar Cristo, e ele torna-se então o Jardim das Delícias.

Casar-se com Deus era uma militância constante aos impulsos. Não há de se negar também que a vida religiosa implicava em ser nobre⁵² (JARDIM, 2007). Esse matrimônio era, muitas vezes, fruto de interferência familiar, estratégia de defesa como analisávamos anteriormente com Nascimento (1997, p. 87):

Estes mosteiros foram fundados entre os séculos XII e XIII por mulheres da nobreza leonesa. Esta realidade reflete-se também na maior parte dos outros mosteiros de Castela e Leão, convertendo-se uma verdadeira moda aristocrática. Os objetivos destas fundações encaixam-se principalmente dentro das estratégias de preservação patrimonial e reprodução das linhagens nobres, traduzidas pela necessidade de recluir aquelas mulheres que não estavam destinadas ao casamento.

Esses mosteiros citados tiveram sempre à frente mulheres organizadas dentro de uma estrutura de sociedade feudal, sendo presididas pela abadessa, dada a ela toda a autonomia, exercendo o papel de um senhor feudal, reconhecida assim pela sociedade. O dote exercia um papel fundamental, garantindo a elitização do mosteiro. Ao que Nascimento (1997) traz, elas não encontram dificuldades em gerir seus patrimônios, o faziam como bem entendessem. Diferente das diretrizes cistercienses, por uma vida de pobreza e afastamento das rendas feudais, elas reuniam propriedades, a fim de garantir a sobrevivência, ampliando sua área de poder e de domínio territorial. Para tanto, valiam-se de doações, compras e trocas de propriedades. Diferentemente dos homens, elas deram atenção a domínios já cultivados, que lhes permitiam melhor performance econômica.

[...] as mulheres reclusas em conventos e recolhimentos que conseguiram reverter alguns dos propósitos punitivos e supostamente opressivos destas instituições. Não poucas perceberam que ali se desenhava a possibilidade de uma vida autônoma, frente aos rigores da família e da sociedade, inclusive permitindo o exercício do poder (SOIHET, 1997, p. 412).

Uma vida autônoma longe, contudo, dos prazeres da carne, sempre virgens, castradas. Essas monjas foram à frente de seu tempo, visto que estavam em pleno período em que a condição da mulher era ficar reclusa, a clausura não foi por elas

⁵² Podemos citar que as beguinias são uma exceção. Movimento religioso urbano e com a inclusão dos populares e fora da nobreza.

respeitada, a vida a qual tinham optado não combinava com os rumos que deram ao mosteiro. Portanto, eram frequentes as saídas para administrar os domínios, visitar parentes, além do mais elas tinham dentro do convento contato com o mundo exterior por causa do tráfego de capelães, clérigos dentre outros. Essas atitudes causavam grande preocupação à Igreja.

Para os teóricos e teólogos, a clausura tinha como objetivo defender dois importantes pilares da virtude feminina: a virgindade e a castidade. Mas é somente a partir da segunda metade do século XIII que se começa a delinear um avanço progressivo da tutela masculina sobre as monjas cistercienses (NASCIMENTO, 1997, p. 90).

Uma vez tendo tido por muito tempo tanta liberdade, as mulheres tiveram resistência em se submeter ao controle dos abades da Ordem. No entanto, tal atitude não deve ser entendida como rebeldia, mas como o resultado da conjuntura que estava instaurada. Uma vez que o grande florescimento do século XII desenvolveu um ambiente em que os laços hierárquicos ficaram mais frouxos, favorecendo que as mulheres ocupassem cargos de comando como esse analisado, apenas nesse contexto apresentado por Nascimento (1997, p.91) tinha mais poder uma mulher nobre do que um camponês.

Na análise de Leclercq (1993, p. 319), nos séculos estudados XII e XIII, os mosteiros para as mulheres eram mais que sedes de vocação religiosa, eram instituições para o acolhimento das filhas que não podiam ser dotadas por suas condições físicas ou mentais, ou ainda por serem numerosas e o pai não ter condição.

Nesse contexto de vida religiosa, buscava-se a salvação, difícil de se conseguir de outra maneira. Entretanto, essas mulheres só existiam, praticamente, por sistemas de representações, variando conforme a sociedade na qual lhes apresentou, atribuindo mais ou menos seus devidos lugares no sistema ao qual estavam inseridas. É comum a afirmação de sua inferioridade e algo precisa ser dito pois, criadas nesse contexto, muitas mulheres achavam normal toda e qualquer submissão imposta.

E mais ainda, é possível que frente à grande violência moral sofrida pelas mulheres, muitas tivessem idealizado viverem reclusas e o mais afastadas o possível dessa situação, voltando-se às práticas religiosas e, juntamente com a virgindade, gozariam de mecanismos de autodefesa.

O casamento era tido como um mal e acreditava-se nisso, trazendo consigo inclusive os incômodos às mulheres, fruto das ideias dos pais da Igreja, que o via como um mal necessário e carregado de pecado.

Além disso, soma-se a esse contexto anticasamento o tom ainda mais estridente das reformas dos séculos XI e XII, quando a ordem era o celibato. A reforma gregoriana, ao impor como regra geral ao clero a observância do celibato, acentuou a imagem das mulheres como sujeitos sedutores e tentadores ao mesmo em que valorizavam a virgindade de Maria (JARDIM, 2007, p. 4).

Podemos encarar esse direcionamento à vida religiosa, o excesso populacional ao qual a Europa dessa época passava, frente aos fatores apresentados no segundo capítulo deste trabalho. Dando possibilidade para acesso à vida religiosa até às mulheres não nobres e a obrigatoriedade do celibato⁵³ aos homens, queremos dizer o contexto da época levava a essa representação da vida religiosa ser o caminho certo à salvação.

A Igreja não percebeu, contudo, que, ao afastarem as mulheres da sociedade e as colocarem em abadias, permitia-as acesso à leitura, ao estudo, algumas ultrapassaram as barreiras dos conventos, atuando nas comunidades e, mais tarde, vindo a se tornarem padroeiras de cidades.

Entretanto, o grande trunfo feminino foi promovido pela própria Igreja, quando possibilitou que a mulher recusasse o casamento imposto pelos quais ou, mesmo casada, abandonasse o marido e ingressasse no convento. Ao exigir a virgindade e promover a castidade no casamento, a Igreja permitiu que a mulher recusasse o noivo comprado ou o marido imposto. Pode-se sempre argumentar que o preço a pagar era alto, entretanto, o que a mulher demonstrava com essa atitude era não só o poder de desafiar o pai e o marido mas, também de ser senhora do próprio corpo. Na verdade, ela trocava uma sexualidade obrigada por uma escolhida por ela. Afinal, ao se dedicar à religião, tornava-se esposa, por livre e espontânea vontade, de Cristo. [...] A Igreja lhes permitia, a partir do momento em que abdicavam de um gozo físico limitado, porque instituído e controlado por ela, vários outros gozos, como o controle da própria riqueza, as buscas intelectuais e espirituais, as virgens como santas peregrinas e mesmo a fundação de instituições que elas próprias dirigiam (BARROS, 2006, p.197-198).

⁵³ Proibimos absolutamente aos sacerdotes, diáconos ou subdiáconos, conviverem como concubinas e coabitarem com outras mulheres que aquelas com as quais o Concílio de Niceia [cân. 31], só por razões de necessidade, permitiu a coabitação, isto é, a mãe, a irmã, a tia paterna ou materna e outras semelhantes, a respeito das quais honestamente não possa surgir alguma suspeita (DENZINGER, 2007).

Esse parágrafo remete-nos uma questão muito importante ainda neste subtítulo, que é a virgindade. A literatura sobre essa temática passa por Tertuliano, Cipriano e Gregório de Nissa dentre outros. Perrot (2007, p. 64), ao escrever sobre essa temática, aponta que esse é um valor supremo, que deve ser protegida. No casamento, é o capital mais precioso.

Soares (2006, p.404) apresenta-nos a definição do que se tem por virgindade: pelo Dicionário Patrístico, é a renúncia total à sexualidade. No Dicionário Franciscano, a virgindade está ligada à dimensão sponsal divina, amar a Deus e a todas as criaturas, doar-se para humanidade.

A propósito do fascínio do modelo virginal, vários traços se devem assinalar. Quando se educa uma rapariga, os valores da virgindade são tanto sociais como religiosos: honra da família depende dela tanto como a salvação da alma da criança (LECLERCQ, 1993, p. 284).

O corpo virgem é como um templo para a alma, apta a seguir direto a Deus, é estar liberto de todo sofrimento e, com isso, do pecado (VAINFAS, 1986, p. 8). Mais importante ainda, ela é a própria honra da família, isso quer dizer que uma filha desonrada não traria mal apenas a si, mas a todos os membros de seu círculo familiar, todos levariam a má fama. Um ponto importante: a virgindade era orientada às mulheres, era um discurso de persuasão. Por isso, seguir Maria, tornando-se digna de Deus, quer dizer anular uma vida sexual.

No ano de 451, o Concílio de Calcedônia considerou a consagração das virgens como um casamento. A virgindade era, pois, o “verdadeiro” casamento, signo da união entre Deus e os homens, entre Cristo e a Igreja. O “outro” casamento, aquele que unia homens e mulheres, estava, nessa época, muito longe da santidade (VAINFAS, 1986, p. 10).

Sendo assim, Vainfas enfatiza que, para a Igreja, o mundo ideal era onde todos fossem castos e puros, seriam todos como anjos, sem a intervenção do pecado. No que tange à penetração de valores da Igreja na vida dos homens, o sexo foi o mais atingido.

A vida sexual passou a ser a inexistente. A virgindade tornou-se um grande valor, seguindo os modelos de Cristo e sua mãe. Vinha depois a castidade: quem já havia pecado podia em parte compensar essa falta abstendo-se de sexo pelo restante da vida. Os relatos hagiográficos de toda a Idade Média, sobretudo de suas duas primeiras fases, abundam em exemplos de santas que morreram para defender sua virgindade e de santos e santas que ao se

converter ao cristianismo abandonaram a vida conjugal. No entanto, esse desprendimento não podia ser adotado pela maioria das pessoas. Era mesmo perigoso que gente sem o suficiente autocontrole tentasse levar uma vida de abstinência sexual. São Paulo já definira a questão no século I: “É melhor casar do que abrasar” (1 *Coríntios* 7,9). A vida sexual era possível para o cristão médio, desde que ocorresse nos quadros de uma relação definida e supervisionada pela Igreja, o matrimônio (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 127).

Nas estruturas monásticas, conseguimos encontrar uma certa ordem em meio à desordem dessa sociedade e até mesmo em relação às reclusas e sua virgindade. Georges Duby (2009, p.77-78) esclarece-nos que esse fato dá-se porque ali, mesmo com demasiada liberdade a qual essas mulheres gozavam, estavam ainda subordinadas a uma hierarquia e tinham de prestar conta a um conselho masculino, assim como o filho tinha de fazê-lo ao pai, elas também o tinham àqueles que estão no lugar do próprio Deus. Em contrapartida, nas casas das famílias não se vivia tão próximo do céu. O chefe da família era o responsável por prolongar a geração, portanto, esse era obrigado a ter uma mulher em seu leito, assim, o feminino estava inteiramente sob o domínio do masculino.

4.3 As filhas de Maria Madalena: boas moças, boas esposas

Na Idade Média, a infância era um tempo curto. Foi a partir do século XIII que se começou a esboçar esse período. Começamos pela sua infância e, desde já, precisamos esclarecer que o conceito de infância começava a esboçar-se, mas ainda era muito diferente do que entendemos hoje. As crianças eram recrutadas para serem associadas a uma família por tempo indeterminado, geralmente para trabalhar como criadas, mantendo a casa limpa, cuidando das crianças, sendo fiel aos seu senhor. Quando moças, eram, muitas vezes, agregadas aos domésticos da casa para seus parentes, isso significava uma preocupação a menos, a diminuição de uma pessoa para comer, por isso o futuro dessa jovem estava garantido. Por vezes, o próprio amo lhes arranjava casamento, dando-lhes dotes e, com isso, elas assumiam dívidas. Nas famílias mais modestas, as meninas eram casadas menos jovens. Entre os camponeses e os artesãos, as crianças eram associadas muito cedo ao trabalho e sua relação com os pais e irmãos era mais importante.

Todavia, foi o casamento o centro da história das mulheres (L’Hermite-Leclercq, 1993, p.286). Os pensadores da Igreja não conseguiram dar uma definição específica ao casamento, nem especificar suas finalidades.

A Igreja, ao atribuir-se o monopólio do casamento, endurece estas concepções. Aos doze anos, o corpo feminino está maduro; o seu espírito é fraco e atingiu os limites. Doravante ela tem tudo a arriscar e nada a aprender. Casemo-la! Os casamentos tornavam-se indissolúveis, não para proibir a intervenção paterna mas para moralizar. [...] A liberdade da mulher, no sentido em que a concebemos, poucas hipóteses tinha de se exprimir (LECLERCQ, 1993, p. 325).

Por certo que o destino final era a procriação. Nesse ponto, a gravidez era um sinônimo de dor, de deformidade, temor da morte, ou de gerar uma criança morta ou adoentada.

A vida conjugal sempre hostilizada como fonte de angústia, inquietação, turbulência, em oposição à *aphatéia*, à serenidade da alma no corpo virgem. Desavenças, irritações, ciúmes, conflitos que podem levar ao crime, eis a natureza do casamento, nas palavras de Crisóstomo. Se a Virgindade correspondia à verdade e à liberdade, o casamento equivalia à mentira e à escravidão: “o cônjuge é o escravo do seu cônjuge, a quem se aliena todo o poder sobre o seu próprio corpo” (VAINFAS, 1986, p.11-12).

Para haver a possibilidade da aproximação, mas não de equiparação entre os cônjuges perante a opção da virgindade, o casamento seria sempre inferior. Contudo, para que essa união fosse menos pecaminosa, algumas condições tinham de ser impostas, como a monogamia e a indissolubilidade. Ter-se-ia, assim, o modelo de casamento cristão em aversão ao concubínagem e ao desquite. Em 829, encontramos um esboço do que a Igreja intervinha sobre o casamento, tido como uma comunhão divina, pelo qual não deveria se casar por luxúria, mas pela descendência, e a virgindade deveria ser preservada até as núpcias. Um homem devidamente casado deveria ter apenas a sua esposa, sem concubinas, o prazer não deveria ser levado em consideração, apenas a procriação. Durante a gravidez, o sexo era proibido, a esposa não podia ser repudiada, apenas quando cometesse adultério, bem como o incesto deveria ser evitado. Sobre isso, Duby (2009, p.92) traz-nos:

Mulheres encerradas no recinto, para que homens da casa não sejam maculados por suas extravagâncias, para que estas permaneçam ocultas, no segredo da *privacy*. Salvo se sua falta for o adultério era proveitoso, se era boa a ocasião para se desembaraçar de uma esposa estéril ou aborrecida, de uma irmã da qual se temia que reclamasse parte da herança. Então o

chefe da casa revelava, denunciava, publicava – tornava pública – a falta feminina, a fim de poder legitimamente castigar a culpada, expulsá-la da casa, quando não decidia queimá-la viva.

Regulamentar, por assim dizer, institucionalizar o casamento não era uma tarefa fácil⁵⁴. Os nobres leigos foram os que mais se manifestaram. Mas foi no século XII que o casamento prevaleceu.

Resumamos o sistema de pensamento que se impôs. O casamento é um sacramento. O conteúdo deste conceito foi muito flutuante até o século XII. Era necessário defini-lo antes de lhe dar um lugar entre os outros na lista terminada em 1215. A originalidade do casamento era embaraçosa: único dos sete sacramentos que existira já na Lei antiga, tinha portanto uma anterioridade cronológica, já que tinha ligado o primeiro homem e a primeira mulher; a sua anterioridade era também lógica, já que era indispensável ao fundamento de qualquer sociedade para que os homens se multiplicassem sem luxúria; em comparação com os outros sacramentos, conservava uma certa dose de mácula, mesmo se Deus o abençoasse: a reprodução sexuada era uma conseqüência do pecado original. Tinha portanto que ser indelével e não se estabelecer senão em condições de pureza muito estritas, – havia sobretudo que evitar o incesto. Neste domínio, as precauções foram levadas mais longe do que alguma vez tinham sido: foram excluídos os parentes espirituais, os parentes por afinidade e os consanguíneos até ao sétimo grau (L'HERMITE-LECLERCQ, 1993, p.286-287).

O casamento tinha ainda outra diferença, ele não era uma união bipolar, mas entre Deus, um homem e uma mulher. Assim, o passo a seguir era a normatização do vínculo conjugal como indissolúvel, monogâmico e sagrado. O pai deveria levar a sua filha ao padre e esse a entregaria ao seu esposo. Percebamos aqui a representação acerca desse pai que, não apenas a aprovação de toda a família, mas a confiança de estar entregando uma filha honrada e obediente a um homem a quem ela a partir de então deveria prestar contas, a quem deveria ser submissa, serva e obediente. Foi nos séculos XII e XIII que esse sacramento realmente triunfou, como dito anteriormente, com certa dificuldade. Dessa forma, em nome da continuação da espécie humana, o desejo teve de ser tolerado, vigiando o prazer, ao sacramentar a cópula, ritualizando-a e racionalizando-a (VAINFAS, 1986, p.43). A opção do

⁵⁴ [...] essa interferência eclesiástica na vida íntima dos fieis não foi aceita com facilidade. Quanto mais recuados no tempo e mais afastados dos grandes centros clericais (sedes de bispado, mosteiros), mais os medievos puderam viver de forma “pagã”, no dizer da Igreja. Os camponeses, em especial, superficialmente cristianizados até fins da Idade Média em várias regiões, quase sempre escapavam àquele controle. Os aristocratas, interessados em casamentos que garantissem bons dotes e grande prole para dar continuidade à linhagem e herdar o patrimônio fundiário da família, resistiram por muito tempo ao modelo de união sexual que a Igreja determinava (FRANCO JUNIOR. 2001, p. 127).

casamento deveria também fornecer um modelo de união perfeita: Maria e José (L'HERMITE-LECLERCQ, 1993, p. 287). Georges Duby (1996, p. 143-145) afirma que:

A ordem “ordem dos cônjuges”, tal como a das viúvas, como a dos servidores de Deus, devia ser escorada por uma moral feita de obrigações e deveres. Era necessária uma moral particularmente severa uma vez que o casamento tem por função a procriação, uma vez que esta resulta de uma conjunção sexual, uma vez que tal acto não se realiza sem conspurcação. Era o que proclamavam também no fim do século XII, e muito violentamente, os cátaros, os mais perigosos dos hereges. Por essa razão condenavam o casamento. Mas os dirigentes da Igreja, pelo contrário, entendiam fazer do casamento o alicerce da sociedade laica. Por conseguinte, tratavam de arranjar maneira de conciliar pureza e cópula. Alain de Lille tentou-o. “Admitamos”, diz ele, “o casamento não pode consumir-se sem coito. Todavia, o coito nem sempre pecado grave e até que não seja de todo pecado”. Sob condição de, neste comércio, nenhum dos parceiros perder a cabeça, se deixar invadir pelo prazer, sob a condição de ambos se conterem. [...] as proibições são sempre dirigidas ao marido. É ele que deve reter-se, é sobretudo a ele que cabe reprimir os impulsos demasiado apaixonados da sua esposa. Com efeito, é bem sabido que a natureza feminina é “inflamada pelas tochas furiosas da libido”.

O homem deveria conter-se em relação ao prazer, agindo como se a sua mulher fosse o demônio, caso contrário poderia ficar enfeitiçado por ela e submisso ao seu poder. Devidamente sacramentado, o casamento torna-se um veículo de controle de comportamento da sociedade pela Igreja (MACEDO, 2002, p. 23). E unidos no santo matrimônio, passemos à análise da vida dessas esposas em suas famílias. Essa vida não era longa, tendo em vista que a estimativa de vida ficava em torno dos trinta anos, somando a isso os riscos da morte no parto, da diferença de idade entre os esposos, o que explica em contrapartida a viuvez ser tão comum, bem como os recasamentos.

Para falarmos da vida dessas mulheres temos de levar em consideração a localidade a qual estavam inseridas, o status de sua família, sua influência política, o dote, dentre outros aspectos.

No campo, a conservação das colheitas no celeiro é de sua responsabilidade, bem como o cultivo do jardim, a manutenção da lareira que naquele momento se encontrava dentro da casa e com certeza a ela eram destinados alguns serviços pesados, mas mesmo sendo de, certa forma, indispensáveis, não gozavam de posição igual a dos homens. Ao se tornar adulta, a mulher, ao que parece, gozava de seus direitos civis (LECLERCQ, 1993, p. 307), podendo apresentar queixa e prestar juramento. As mulheres do campo eram as mais numerosas, mas as menos

documentadas, sua força de trabalho era fundamental. Algumas vezes ainda podiam desempenhar serviços na casa do senhor.

Ser dona do lar em uma família senhorial exigia habilidade e senso de organização. Os suprimentos, a vestimenta, a administração do lar eram sua responsabilidade. A ausência constante dos maridos, por viagens, peregrinações, as colocavam na posição de administradoras das posses e, com isso, muitas exerceram até certo poder. Preparadas ou não, tinham de dar conta, mesmo sem armas, de possíveis rebeliões de vassalos.

E aqui temos de retomar a questão do poder dessas mulheres que, mesmo se espancadas e submetidas, ainda o conservavam com personalidade elas poderiam ir longe. Por isso, para os moralistas elas deviam limitar-se a casa, antes de limitar-se ao resto da família. Pensava-se estarem elas destinadas a um campo estreito, mas real. Controlada minuciosamente, vigiada pelo marido, fica livre quando ele viaja, bem frequente quando falamos sobre os comerciantes. Era na educação que a mulher realizava-se. Nessa condição, são postas na posição central de educadoras, ali podem ser de grande influência.

Obviamente, vontades e liberdade, no sentido de poderem agir como bem entendessem sem ter de prestar conta a um homem, não era algo ao qual as mulheres do medievo estavam condicionadas. O futuro das meninas era combinado por suas famílias, laços estabelecidos em interesses que se sobrepunham aos pessoais. Aos seus maridos elas pertencem em absoluto, às mulheres a submissão. E mesmo assim, sendo seu corpo pertencente ao homem, sua alma continuava sendo de Deus.

Assim como as mulheres que temiam o casamento, os homens temiam que elas pudessem lhes oferecer magia para provocar-lhes impotência.

Não há dúvida que o lugar nessa sociedade às mulheres, que não eram reclusas, era a de procriadoras de varões, preferencialmente.

4.4 As filhas de Eva: corpos e mentes fora da “ordem”

Chegam à cena as excluídas, as marginalizadas. As mulheres que analisamos até agora ou eram de família, que mesmo pecadoras, se submetendo chegariam à

salvação, por isso filhas de Maria Madalena, a pecadora arrependida, ou ainda eram as filhas da Virgem Maria e, com isso, enclausuradas e castas. As mulheres que traremos ao debate agora são aquelas que não se encaixam nos modelos anteriores, que fogem da regra, da ordem imposta ao exercer ativamente influência em algum meio, ou que simplesmente eram diferentes, fora do que era tido como moralmente correto.

Com maior expressão, a prostituição destaca-se do século XIII em diante. Ela sempre existiu na zona rural, sem muito controle, já no espaço urbano, elas tem zonas delimitadas, com vigilância e controle das autoridades.

Encontramos no meio urbano as mercadoras do amor, as prostitutas. E além delas, temos as artesãs que, quando solteiras, ajudavam os pais, depois os maridos, depois sobreviviam por si na viuvez. Elas participavam de quase todas as etapas da confecção artesanal, desde a tosa. Havia as que se dedicavam a serviços mais pesados e cansativos, como a metalúrgica e a construção civil. Seus salários eram desiguais e suas funções menos importantes. Deparamo-nos ainda com as parteiras, que possuíam um conhecimento que os homens e em especial a Igreja, desconheciam, inclusive usando ervas/chás para cura. Logo, a falta desse conhecimento causa medo e a Igreja, com isso, sentia-se ameaçada.

Os teólogos da Idade Média, influenciados por Aristóteles, tinham a mulher como um homem defeituoso. Dessa maneira, o homem tem de ser o guia da mulher, Le Goff (2006, p. 54-55) continua:

E as mulheres, que não possuíam voz na história, vão oscilar entre “Eva e Maria, pecadora e redentora, megera conjugal e dama cortês”⁵⁵ A mulher irá pagar em sua carne o passe de mágica dos teólogos, que transformaram o pecado original em pecado sexual. [...] “Essa Idade Média é masculina, decididamente”, escreve Georges Duby. “Pois todos os discursos que chegam até mim e sobre os quais são feitos por homens, convencidos da superioridade de seu sexo. [...] No entanto, eu os escuto falando antes de tudo de seu desejo e, por consequência, das mulheres. Eles têm medo delas e, para se afirmarem, desprezam-nas.” Boa esposa e boa mãe, as homenagens que o homem rende à mulher assemelham-se, por vezes a desgraças, se levarmos em conta o vocabulário corrente entre os operários e os artesãos do século XV, que falam de “cavalgar”, “justar”, “lavar” ou “rossier” (bater e espancar) as mulheres. “O homem se dirige à mulher como se dirige à latrina: para satisfazer uma necessidade” (ROSSIAUD, apud. LE GOFF, 2006, p. 55).

⁵⁵ Christiane Klapisch-Zuber, “Masculin/féminin” *apud* LE GOFF, Jacques. Uma história do corpo na Idade Média. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.54.

As ruas dos espaços urbanos eram povoadas por errantes mendigos, servos fugitivos, indigentes, que esmolavam de um lado para o outro, às vezes retirados por bem ou por mal. Dentre esses, estavam as mulheres de vida fácil, que, por vezes, eram vendidas como escravas por mercadores enquanto outras exerciam sua 'profissão' à noite.

Em última instância, a prostituição, imoral, colaborava para a sanidade da sociedade, atenuando as tensões e servindo da válvula de escape para as limitações sexuais impostas pela Igreja. Alguns teólogos, por exemplo, seguindo as palavras de São Paulo, concebiam o casamento como um remédio que Deus deu ao homem para que este se livrasse da impudência. Toda união fora do leito conjugal era, portanto, considerada adultério. Mas esses mesmos teólogos, ao considerar o casamento um sacramento, esvaziando-o de toda possibilidade de gerar prazer, cercando-o de interditos e obrigações, estimularam a busca do prazer fora da conjugalidade: com a esposa, o homem cumpria as obrigações de marido; com as prostitutas, buscava o deleite (MACEDO, 2002, p. 62).

Outro ponto que nos remete este subtítulo são as heresias⁵⁶ que, mesmo antes do século XI, representavam o desejo de participar ativamente de ofícios religiosos, principalmente por aquelas que pela hierarquia da Igreja poderiam ter apenas a condição de fieis. Algumas mulheres entravam em confronto direto com a instituição da Igreja para se tornarem pregadoras. As heresias, diz Barros (2006, p.339), contestam a hierarquia da Igreja, a doutrina, a humanidade de Cristo.

Na região atual da Bélgica, a partir do século XII, viúvas e solteironas formaram comunidades espirituais próprias, voltadas pela vida ascética, deixando de lado os prazeres do mundo. Ficaram conhecidas como beguinas, despertaram, desde o começo, a desconfiança das autoridades eclesiásticas. Em 1259, a ortodoxia do grupo foi condenada, integraram-nas em ordens mendicantes, as que resistiram e continuaram com sua forma de interpretar as escrituras foram consideradas hereges e, por isso, excomungadas, isto é, excluídas da cristandade. Podemos exemplificar:

Margarida, uma beguina, veio a ser importante líder intelectual de contestação religiosa, disseminando ideias heterodoxas nas regiões de

⁵⁶ Le Goff (2002, p.503) traz-nos que o termo heresia está na construção do Ocidente, com o nascimento do processo inquisitorial. Foi necessário mais de um século para constituir o corpo canônico no Novo Testamento, descendentes de uma linha direta do ensinamento de Cristo fixado definitivamente, formulando o credo e uma Igreja Universal, em meio a polêmicas nascia a instituição eclesiástica. Assim vitoriosos, tornam aqueles que se opõe, hereges. Podemos ainda acrescentar com Macedo (2002, p.48) que as heresias são interpretações divergentes daquilo que explicitamente determinado pela Igreja coexistiram com a instituição religiosa.

Cambrai, Chalons e Paris. Escreveu um tratado de teologia mística, o *Miroeur des simples ames* (Espelho das almas simples), posteriormente condenado e queimado em praça pública pelo bispo de Cambrai. Ela própria acabou sendo aprisionada e julgada pela Inquisição de Paris, sendo excomungada e sentenciada à morte na fogueira em 1º de junho de 1310 (MACEDO, 2002, p. 50).

Outro movimento herético desenvolvido nos séculos XII e seguintes foi o catarismo, principalmente no sul da atual França. Sobre líderes femininas, não há registros específicos, mas muitas mulheres foram atraídas a esse movimento, e a presença de homens sempre foi maior.

O catarismo se manteve como a principal ameaça interna para o catolicismo medieval. Pois embora sua estrutura teológica dualista fosse fundamentalmente conflitante com a crença cristã, os valores e atitudes dos cátaros coincidiam com o clima religioso crescente, da desordem das condições sociais e econômicas e do respeito tradicional pelos ascetas. A seita tinha pouco apelo intelectual, mas intenso apelo popular, já que qualquer um, homem ou mulher, de classe mais alta ou mais baixa, podia tornar-se um *perfeito* se vivesse de maneira reta. [...] Diante da ameaça constante de dissensão e heresia, como reagiu a Igreja? Ela desenvolveu três estratégias principais: persuasão, repressão e satanização. A persuasão envolvia um programa de pregações e a conversão através da atividade missionária. A repressão estendia-se desde a imposição de penitências até a morte e o exílio. A satanização envolvia promover propaganda que estigmatizasse os hereges como desviantes sexuais e orgiásticos (RICHARDS, 1993, p.54).

A atração feminina aos movimentos ditos hereges dava-se porque, nesses espaços, elas tinham espaço para a pregação. Entre os cátaros, por exemplo, as mulheres poderiam até chegar a perfeição, grau superior até que o homem. A principal arma da Igreja contra esses movimentos foram os frades. Os franciscanos e dominicanos propiciaram à Igreja exemplos de uma vida de pobreza, castidade e simplicidade. Eram também grandes pregadores, mas, se isso não funcionasse, havia a Inquisição e nesse os mendicantes viriam a desempenhar um papel de liderança também nessa instituição, pela sua grande preparação pastoral e teológica, do seu peso intelectual e da sua compreensão da mentalidade popular (RICHARDS, 1993, p.64).

Havia ainda outra diferença, algumas doutrinas tinham o matrimônio como instituição do pecado, que macularia o espírito, afastando de Deus. O que não era muito diferente do que a Igreja pregava, contudo, essa se valia do casamento como meio de controle e moralização da sexualidade. Os hereges pregavam a abolição da

sexualidade, quem desfrutasse dos prazeres sexuais pecava, assim, eram contrários ao sacramento do matrimônio.

Todavia, com certeza o fenômeno que logo nos remete quando vemos o fenômeno herege é a caça às bruxas, que atrai muito a atenção de historiadores. Richards (1993, p. 67) diz que a perseguição era acompanhada pela satanização, na forma de propaganda que estigmatizava os hereges como desviantes sexuais e orgiastas. Uma vez que desperta o interesse por revelar o pensamento de uma época, sua intransigência para eliminação de um grupo, considerado indesejável e pernicioso (MACEDO, 2002, p.53). Na realidade, esses movimentos – ditos hereges – já existiam. Foi por meio da institucionalização e afirmação da Igreja Católica que eles passam a serem confrontados, como vemos em Nogueira (2000, p.25):

O nascimento do Cristianismo inicia um longo processo onde as tradições chocam-se, interpenetram-se, amoldam-se, para repeli-lo ou para recebê-lo e revesti-lo de toda uma bagagem mística que convive paralelamente ao corpo doutrinário oficial. Surgem seitas gnósticas, as heresias se multiplicam: a magia ao lado da religião, o novo entrelaçado ao antigo. O Universo se transforma, o interesse pelas coisas suprassensíveis aumenta, e a vida real torna-se apenas uma débil aparência de uma realidade invisível, apenas atingida após o confronto entre o Bem e o Mal, neste mundo de coisas supérfluas e passageiras. Foi nesse contexto de crenças febris e atormentadas que o Cristianismo encontrou as idéias judaicas sobre o Mal. [...] Deus agora possui formidáveis adversários na pessoa de Satã e sua corte de demônios.

Nesse contexto, o Satã é também inimigo de Jesus e seus discípulos, tentando romper a fidelidade ao Senhor. E assim passam a existir dois reinos, o de Cristo e o do Diabo (NOGUEIRA, 2000, p. 26). Sendo assim, tudo que vem a afastar o homem dos caminhos de Deus é uma manifestação de Satã.

No primeiro capítulo de nossa era, estabeleceu-se uma ligação explícita entre as crenças isoladas do judaísmo tardio: Satã, o anjo caído, incorpora-se na serpente do Jardim do Éden, sendo a serpente um disfarce adotado pelo Diabo para levar a cabo sua ação maligna. Esse paralelo aparece pela primeira vez de modo acabado em alguns textos apócrifos do século I d.C., provenientes de meios cristãos ou fortemente impregnados pelas ideias cristãs. A *vida de Adão e Eva*, escrita no último quarto deste século, relata minuciosamente o papel desempenhado por Satã no Pecado Original. Para iludir Eva, ele sobe aos muros do Paraíso e canta hinos celestiais como um anjo, uma vez que, anteriormente, ele próprio foi um dos arcanjos de Deus, mas havendo desobedecido às ordens do Senhor e incitado outros anjos à desobediência, foi precipitado do Paraíso celeste (NOGUEIRA, 2000, p.28).

Esse fenômeno foge do nosso recorte temporal, séculos XII e XIII, mas consideramos ser importante compreender como se iniciou esse processo.

Foram as mudanças no modo de ver, crer e até conceber a magia, a feitiçaria e a bruxaria e, com isso, encontrar magas, curandeiras e benzedoras que levaram a ver nelas poderes especiais. A crença em um poder mágico, na verdade, não é desse período, ele já é da Antiguidade, magas são já reveladas no mundo greco-romano e germânico.

A imaginação popular criava muito dos mitos ligados às feiticeiras, como voos noturnos, metamorfoses em animais, morte aos recém-nascidos, para os religiosos, por muito tempo, era tudo superstição. Mas o que mudou nesse pensamento?

A partir do século XIII, encontramos a mudança de posicionamento religioso no que tange às hereges e vulgas feiticeiras. A crise política no seio da Igreja, a crise moral pela propagação de movimentos hereges somadas às crises sociais e econômicas, carregaram consigo uma nova visão de mundo, de Deus, do Diabo e dos males que trazia consigo.

Até então inofensivo ante a onipotência e a onipresença divina, o “Maligno” ganhou importância na imaginação das pessoas, inclusive dos clérigos. O medo do Diabo gerou o medo das feiticeiras. O medo de ambos gerou a perseguição e o extermínio do inimigo visível: as bruxas (MACEDO. 2002, p.54).

Passou-se a discorrer então, e essa é a mudança de pensamento de que aqueles que se afastavam do caminho de Deus voluntariamente logo estariam adotando como seu senhor o Diabo. A partir do século XIII, a atenção recaiu sobre a mulher, que já era culpada pelo pecado original. Ela era vista agora como bruxa, adoradora do Diabo, era um mal a ser combatido logo, pois temia-se a sua reunião, o sabat. Se o mundo estava dominado pelo mal, pelo Diabo, havia somente uma culpada: a mulher, pois foi ela que compactuou com ele, tentando Adão e sua principal arma era a sexualidade (BARROS, 2006, p.341).

Incorporando, pois, todas as crenças da Antiguidade, amplificado pelo discurso da Igreja, o Diabo preside a vida da comunidade cristã. Em toda parte se vê o diabólico, o mundo inteiro é por ele invadido. E sai vítima é, por excelência, a *mulher*. Porque a mulher está mais predestinada ao Mal que o homem, segundo os textos bíblicos – “Toda a malícia é leve, comparada com a malícia de uma mulher; que a sorte dos pecadores caia sobre ela!” (Eclesiástico 25:26) – e os primeiros teólogos cristãos. O papa Gregório Magno, em seus *Diálogos*, conta que uma pobre freira, tendo entrado na horta do convento para colher alfaces e comida, sem a oração devida, um pé de

alface no qual um diabo se escondia, ficou por isso endemoniada (NOGUEIRA, 2000, p.42).

Quase no fim da Idade Média, dois inquisidores alemães, Sprenger e Kramer, escrevem o *Malleus Maleficarum* (Martelo das Feiticeiras), um tratado de demonologia e bruxaria, como que um manual para identificação de bruxas, bem como sua punição, o tipo de sua morte. Logo no início, eles colocam que é necessário acreditar na ação do mal junto ao demônio. Segundo eles, é por ação das maléficas que ele age, seja para o ódio como para o amor.

Maria era a esperança de que se restabelecesse um equilíbrio, mas a imagem assexuada tornou-se inalcançável. Pura, casta, virginal, sem divindade, permitia a ambiguidade, ela estava muito além, para que a mulher pudesse identificar-se com ela. Eva foi lançada no extremo oposto e a ela foram reservadas todas as culpas, todos os pecados. Eva ficou irremediavelmente ligada à Serpente. Essa ligação se estendeu às mulheres, todas diabólicas, todas prontas por sua fraqueza, a dar ouvidos à Serpente e, mesmo quando se dedicava de corpo e alma a Cristo, não perdiam a ligação com o pecado original. Madalena surgiu para dar conta deste vazio que se estabeleceu entre duas imagens, que perderam totalmente seus pontos de contato, e a antiga sacralidade. E embora ela fizesse o resgate da mulher e permitisse a possibilidade de ela também ser santificada, Madalena jamais deixou de ser a prostituta arrependida, como jamais conseguiu ser a prostituta santificada, assim a mulher jamais deixou de ser vista como a tentadora, a diabólica, a que perdeu o homem, logo, jamais conseguiu ser a Mulher, a que era santa e prostituta ao mesmo tempo (BARROS, 2006, p.335).

A Igreja emergente em sua institucionalização teve como preocupação primeira afirmar o poderio masculino sobre o feminino, estruturando uma religião do Pai e do Filho. Entretanto, era necessário encaixar as mulheres dentro dessa religião, encontrando um lugar a elas dentro dessa sociedade, mas sem interferir em sua hierarquia.

Foram séculos que percorremos durante esses capítulos. Vimos que, em meio à efervescência de transformações que a sociedade medieval passava, a mulher, mesmo inconscientemente, ganhou um espaço sem o ter buscado. Se afirmando como religião, a Igreja elaborou maneiras de tomar as rédeas dessa sociedade em transformação. Nesse contexto, as elites valeram-se do forte apoio da Igreja também para manterem seu domínio, assim, com uma mão lavando a outra, enfrentaram os “perigos” dessa sociedade. As mulheres representadas pelas modelos evocadas, as filhas de Eva, Maria e Madalena, foram os estereótipos utilizados para apresentar na prática as indivíduos comuns da Europa Ocidental Medieval. Vigiadas, subjugadas e submetidas às regras dessa sociedade emergente, elas não deixaram de exercer um

importante papel: donas de casa, que como o nome diz – dona –, traz consigo o poder de educar os filhos e, conseqüentemente, dar rumo ao futuro dos homens. À face de Eva, analisamos por ela sua representação com as mulheres da vida, prostitutas que com seu poder levaram definitivamente o homem à perdição. E as enclausuradas que não fogem dos olhares da Igreja, a elas o exemplo mais puro de mulher: a Virgem Maria. Essas eram as mulheres daqueles séculos, subordinadas sempre a um masculino, mesmo que não quisessem, pois faziam parte de uma sociedade patriarcal. Mesmo analisando a partir do olhar masculino, percebemos o grande domínio que a mulher podia exercer e, assim, conseguimos compreender, mesmo sem aceitar, os métodos rudes de se acabar com o problema – mulher –, por meio da Inquisição.

CONCLUSÃO

A representação de mulheres a partir da exemplificação dos “modelos” Eva, Maria e Maria Madalena, em específico nos séculos XII e XIII, foi a proposta de abordagem desta pesquisa. Para tanto, fez-se necessário contextualizar historicamente o período de análise, permitindo que evidenciássemos a construção de nossas madonas, elucidando, assim, aquelas que eram nosso foco principal, as mulheres dos séculos XII e XIII na Europa Ocidental. Procuramos mostrar essas mulheres inseridas dentro dessa sociedade hierarquizada e patriarcal, uma sociedade em transformação, fortemente marcada pela influência e interferência da Igreja nas vidas social e privada das pessoas, como meio de controle.

Investigar as mulheres dos séculos propostos foi um desafio, uma vez que a produção acerca delas é escassa. Então, para esta abordagem, nossa análise partiu de historiadores que se valeram de produções a partir de olhares masculinos e, em especial, de eclesiásticos, os quais detinham o monopólio da escrita.

A contextualização da Europa Ocidental permitiu-nos perceber um significativo controle da Igreja Católica sob a moral da sociedade, criando normas, em especial, às mulheres. Esta análise inicial levou-nos a destacar três mulheres que serviram para exemplificar à sociedade as pretensões da Igreja, disfarçado como um caminho próximo – ou não –, para alcançar a salvação.

A construção e divulgação de “modelos” femininos foi o método pedagógico que a Igreja encontrou para elucidar a uma sociedade analfabeta que ela buscava ajudar todos a encontrar o caminho do céu. Por isso, preocuparam-se, antes, em justificar porque a mulher tem seu lugar bem específico na sociedade. Por Eva, todas as mulheres eram agentes do mal, servidoras do Diabo. Foi necessário trazer uma mulher que servisse de grande exemplo de tudo que a Igreja queria instituir nessa sociedade, assim, a mãe de Jesus era a que melhor poderia sintetizar os valores cristãos, uma vez que já era conhecida por muitos e seu culto seria difícil de excluir da pregação da Igreja que estava ainda em processo de construção. Maria vem para mostrar que as mulheres, se soubessem se colocar em seus lugares, teriam também um lugar dentro da Igreja e assim, conseqüentemente, no céu. A mãe de Jesus exemplificou isso ganhando um lugar que somente ela conseguiria na hierarquia da Igreja, logo abaixo de seu filho.

Contudo, a discrepância que se dava entre Maria, mãe de Jesus e sempre virgem, com as mulheres comuns, era grande.

Um novo modelo tinha de surgir para tornar a salvação possível às humanas. A apresentação de uma pecadora em especial, que demonstra sua pequenez perante a Deus e, arrependida, passou a ter uma vida contemplativa, “surgiu” Madalena, mostrando a todas as mulheres que, mesmo se estivessem no pecado, arrependendo-se e mudando suas vidas o céu estaria bem próximo, em outras palavras, se seguissem o que a Igreja lhe propunha.

A vida das reclusas e das virgens foram as representações para Maria, uma vez que muitas buscavam no exemplo da mãe de Jesus uma vida livre do pecado e mais próxima de Deus. Entretanto, nem apenas de vocação eram lotadas essas casas religiosas. Viúvas, filhas que por serem feias ou terem um defeito não poderem ser destinadas ao casamento tinham ali seu lugar garantido, algumas ainda tinham esses mosteiros como a possibilidade de fugir de um casamento arranjado. Essas mulheres, como podemos perceber no decorrer desta pesquisa, foram ousadas em seu tempo, estando à frente da administração desses espaços, atuando dentro da comunidade e interagindo com ela, mesmo com toda a restrição que lhes era imposta. Diferente de muitas esposas, essas mulheres enfrentaram as afirmações de sua inferioridade e ocuparam cargos dentro da hierarquia de suas ordens em seus mosteiros, tendo inclusive acesso a escrituras e, com isso, ao conhecimento. Todavia, mesmo assim ainda eram subordinadas a uma hierarquia maior, assim como sua mãe Maria ao seu Filho e Pai.

De outro lado encontramos aquelas que tinham seu destino traçado, muitas vezes desde cedo, as boas moças e as boas esposas, pecadoras, pois todas mulheres assim o são, representadas por Maria Madalena. Essas mulheres exerciam também um papel fundamental dentro da sociedade, a procriação. Por certo, para conseguirem chegar à salvação, fazia-se necessário que o casamento, devidamente institucionalizado pela Igreja servisse apenas com a função de gerar filhos, logo, o sexo não deveria ser algo comum ao casal, muito menos a busca pelo prazer. Nesse tema, encontramos muitas interferências da Igreja na vida conjugal dos casais, regulando posições sexuais, formas e maneiras de portar-se. Ser uma boa esposa era ser submissa ao seu marido, seu senhor.

Fora da ordem imposta, estavam as filhas de Eva. Eram aquelas as quais viviam em pecado, as mercadoras do amor. Elas que poluíam a sociedade com sua

profissão. E ainda aquelas mulheres que buscavam seu lugar em outras seitas religiosas, uma vez que essas lhes permitiam a pregação e algumas até mesmo altos postos dentro de sua hierarquia. A classificação desses movimentos deu-se como hereges, pois as suas divergências com a instituição católica e a possibilidade de propagação de seu culto ameaçou a Igreja. E, assim como a criação de modelos à sociedade valeram para guiá-la, foi necessário criar um método que exemplificasse a todos o que aconteceria caso não seguissem o que a Igreja estava dando como opção. É nesse contexto que surge a Inquisição, que vem para julgar e punir, caso fosse necessário.

É interessante trabalhar com a temática de representação e de atuação da Igreja, pois percebemos o quanto o imaginário social fora moldado e se moldando conforme essa instituição desejava em uma grande e vasta sociedade que tinha a religião como possibilidade de união, facilitando assim sua administração. Era comum que o que era pregado pelos padres transformasse-se em lei para a grande massa populacional. Nesse ponto, tudo e qualquer coisa que a ciência não conseguia responder teria sua resposta na religião. Obviamente, a Igreja valeu-se desse artifício de uma maneira maestral, que justificava todas as suas atitudes dentro da sociedade. A propagação de doenças e crises econômicas permitiram que a Inquisição perseguisse e capturasse muitos hereges, muitas mulheres que eram agentes do mal, do Diabo, sob o título de bruxas.

A Igreja Católica, nos séculos XII e XIII, argumentou muito bem sua teologia de misoginia, a aversão às mulheres. A partir de então, conseguimos perceber como a representação delas no medievo são tão escassas. O que encontramos é o que se quer que se saiba delas, queremos dizer, como se deve ser, como não se deve ser e como é possível ser. Nesse ponto, suas representações são apresentadas, por um lado, porque deram certo, como Maria e suas reclusas, as que podem entrar na ordem, as esposas e, nesse quesito, as famílias tem de ensinar as moças como devem ser para seu futuro marido. Por outro lado, porque não deram certo e tiveram suas vidas cessadas para exemplificar às demais o final daquelas que não seguiam a ordem institucionalizada pela Igreja, por isso tem sua história escrita e, assim, perpetuada.

Reconstruir o cenário do medievo a partir das mulheres torna-se um grande desafio, mas, ao final, podemos colher os frutos desta pesquisa. Percebemos que elas foram atuantes, por mais que se buscasse com que não tivessem essa oportunidade, em suas famílias e na administração de suas casas, por exemplo. Atuantes conforme

conseguiam em sua sociedade. Perpetuando a espécie humana, dando-lhe educação, exercendo, assim, seu poder. Na ausência dos homens, elas tomando conta de tudo, nos revelando que possuíam conhecimento das coisas do lar e dos negócios da família, ou seja, não eram tão excluídas de tudo como a Igreja idealizava.

Obviamente, não podemos entrar em um consenso sobre a mesma atuação a todas. A forte pregação da Igreja e, mais tarde, a repressão por meio da Inquisição, veio apenas afirmar que o correto era permanecer submissa e condicionada a esse modelo vigente, afinal, era assim que Deus queria. Com certeza, muitas dessas mulheres eram acusadoras de bruxas, pois, uma vez criadas dentro desse sistema, era normal ser submissa e anormal qualquer fato que mostrava o contrário.

Concluimos que a tentativa da Igreja Católica de interferência na vida do medievo europeu não foi tão bem sucedida quanto queriam, mas foi eficaz ao seu tempo. As mulheres souberam, inconscientemente, atuar em seu meio conforme a vida foi acontecendo. Essa busca pela limitação do poder feminino na sociedade é uma saga da Igreja para justificar e afirmar-se em uma sociedade patriarcal e masculina. Tudo isso nos leva a acreditar que não houve intencionalidade na vida das mulheres de ferir a Igreja, elas apenas atuavam conforme os acontecimentos as conduziam. Umas com mais firmeza e personalidade, outras postas em seus lugares, conforme a Igreja determinava.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 1998, p. 27-38.

AQUINO, Rubin Santos Leão de. PAHL, Oscar. G. FRANCO, Denize A. O renascimento do Comércio e das Cidades. *In História das Sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008, p. 557-575

ARIAS, Juan. **Madalena: o último tabu do cristianismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARROS, Maria Nazareth Alvim de. **As Deusas, as Bruxas e a Igreja: séculos de perseguição**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2006.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de La Sainte Bible, edição 1973, publicada sob a direção da "École Biblique de Jérusalem". Editoras Paulinas, São Paulo, Brasil

BUENO, Irma A. G. **Representação dos estereótipos femininos nas leis visigodas e na legislação afonsina: uma abordagem comparativa**, 2009. Disponível em <seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9855>. Acesso em: 30 de julho de 2013.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CANTIGAS DE SANTA MARIA. **Entre Av e Eva gram departament' há**. Disponível em: <www.agal-gzorg/modules.php?name=Biblio&rud=mostra_libro&idlivre=120>. Acesso em 29 de agosto de 2013.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1991. <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> > Acesso em 26 de março de 2012.

CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção/ João Cezar de Castro Rocha (Org.)**. Chapecó: Argos, 2011.

DALARUM, Jacques. Olhares dos clérigos. In DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. II – A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 29-64.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos e declarações de fé e moral**. Trad. MARIANO, José & KONINGS, Johan. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. II – A Idade Média. Porto:Edições Afrontamento, 1993.

DUBY, Georges. **História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII: uma investigação**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.31-54

_____. **As Damas do século XII: 3. Eva e os Padres**. Lisboa:Teorema, 1996.

_____. **O cavaleiro, a mulher e o padre**. Portugal: Dom Quixote, 1988.

_____. **Idade Média, Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FAVARO, Cleci Eulalia. **Imagens Femininas: contradições, ambivalências, violências**. Caxias do Sul: EDIPURS, 2002.

FERREIRA, Letícia Schneider. **O feminino, o pecado da luxúria e o sacramento do matrimônio no "Livro das Confissões"**. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/22272>>. Acesso em 24 de junho de 2013.

FONTANA, Josep. **A Europa diante do espelho**. Bauru, SP: ESUSC, 2005.

FORTES, Carolina Coelho. **Maria Madalena e a Ordem Dominicana no século XIII: um caso de inversão simbólica de gênero**. In Atas da VI Semana de Estudos Medievais. 2006. p. 166-172 Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/~pem/arquivo/atas_visemana.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **AVE EVA! Inversão e complementaridade de um mito medieval**. In Revista USP. São Paulo, 1996.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **As Cruzadas: Guerra Santa entre Ocidente e Oriente**. São Paulo: Moderna, 1999

_____. **A Idade Média, nascimento do ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRUGONI, Chiara. **Invenções da Idade Média.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GEBARA, Ivone. **O que é Cristianismo.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

JARDIM, Rejane Barreto. **Virgindade e reclusão: submissão ou resistência.** In XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0684.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LE GOFF, Jacques. A vida material (séculos 10^o - 13^o). In: **A civilização do Ocidente Medieval.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

_____. **A bolsa e a vida: a usura na Idade Média.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean – Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC, 2002, Vol I

_____. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC, 2002, Vol II

LE GOFF, Jacques. TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMOS, Cyntia Góes. **Representações literárias do feminino na literatura empenhada e na literatura de ficção: Ideologia e expressão,** 2009. Disponível em: <ser.ufrgs.br/aedos/article/view/9844>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

LOPEZ, Robert S. **A Revolução Comercial da Idade Média: 950 – 1350.** Editorial Presença:1986.

MACEDO, José Rivair. **A face das filhas de Eva: os cuidados com a aparência num manual de beleza do século XIII.** Disponível em <<http://www.ufrgs.br/gtestudosmedievais/artigos/ornatus.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

_____. **A mulher na Idade Média.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Movimentos populares na Idade Média.** Moderna Editora: 1996.

_____. **Viver nas cidades medievais**. SP: Moderna. 1999,

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Representações diabolizadas da mulher em textos medievais**. Disponível em:

<www.abrem.org.br/copiar.php?arquivo=Represdiabolizadas.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

MARTINS, Rosiane Graça Rigas. **A condição jurídica da mulher na Castela do século XIII**: o casamento e o ideal da boa esposa. In Atas da VI Semana de Estudos Medievais da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. **Ser mulher na Idade Média**. In Revista do Programa de Pós em História da UNB, V.5 - nº 1. Brasília: 1997. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acessado em 24 de agosto de 2013.

NETO BATISTA, Jônatas. O nascimento de uma Igreja Monárquica (séculos XI e XII). In **História da Baixa Idade Média** (1066 – 1453). São Paulo: Ática, 1996, p. 45-61.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O diabo no imaginário cristão**. Bauru: EDUSC, 2000.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental**: uma História Concisa. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Europa-América, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História e História Cultural**; Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: As minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.

RICHÉ, Pierre. **As invasões bárbaras**. Editora Saber:1952.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20 (2), 1995, jul/dez.

SIQUEIRA, Sílvia Márcia Alves. A efervescência discursiva sobre as mulheres nos movimentos marginais do cristianismo primitivo e as respostas da patrística. In FUNARY, Pedro Paulo; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José da. (orgs.) **Amor, desejo e poder na Antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2003 p.375-390

SOARES, Maria Valdiza Rogério. **A construção da virgindade nos escritos de Clara de Assis e nas lendas menores**: uma questão de gênero. In Revista Ártemis, Vol. 5. 2006. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2167>>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 275-296.

TOMÁS DE AQUINO. Summa Theologica. Aput FORTES, Carolina Coelho. **Maria Madalena e a Ordem Dominicana no século XIII**: um caso de inversão simbólica de gênero. In Atas da VI Semana de Estudos Medievais. 2006. p. 166. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/summa>>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

UEFS. **Reino dos Francos**. Disponível em <www.uefs.br/disciplinas/chf115/francos>. Acesso em 30 de julho de 2013.

UFCG. **Alcuin (ou Alcuíno) de York**. Disponível em: <www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AlcuinYo.html>. Acesso em 30 de julho de 2013.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

VAUCHEZ, André. S. Domingos, “o mal-amado” In BERLIOZ, Jacques. **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994, 243-269

VENTORIM, Eliane. **Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média**: os três modelos femininos no livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. Misogyny and sanctity in the Late Middle Ages: the three female models in the Book of Wonders (1289) of Ramon Llull, 2005. Disponível em <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2227049>>. Acesso em 30 de Agosto de 2013.

ZIERER, Adriana. **Paraíso versus Inferno:** a Visão de Tândalo e a Viagem Medieval em busca da Salvação da Alma (séc. XII) <dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2226913>. Acesso em 30/08/2013